



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO

ROSÂNGELA SOARES XAVIER

**Literatura infantil indígena: um olhar para a ancestralidade das crianças
não indígenas no primeiro ciclo do ensino fundamental através dos contos
indígenas.**

João Pessoa - PB

2021

ROSÂNGELA SOARES XAVIER

Literatura infantil indígena: um olhar para a ancestralidade das crianças não indígenas no primeiro ciclo do ensino fundamental através dos contos indígenas

Monografia apresentada à disciplina Trabalho de Conclusão de Curso II como requisito básico para apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso do curso de Pedagogia.

Orientadora: Roseane Maria de Amorim

João Pessoa - PB

2021

Catálogo na publicação Seção de Catalogação e Classificação

X3I Xavier, Rosangela Soares.
 Literatura infantil indígena: um olhar para a ancestralidade das
 crianças não indígenas no primeiro ciclo do ensino fundamental através
 dos contos indígenas / Rosangela Soares Xavier. - João Pessoa, 2021.
 51 f. : il.

 Orientação: Roseane Maria de Amorim. Trabalho de
 Conclusão de Curso (Graduação em
 Pedagogia) - UFPB/CE.

 1. Literatura infantil. 2. Educação indígena. 3. Ancestralidade. I.
 Amorim, Roseane Maria de. II. Título.

UFPB/BS/CE

CDU 82-93(043.2)

ROSÂNGELA SOARES XAVIER

**Literatura infantil indígena: um olhar para a ancestralidade das crianças
não indígenas no primeiro ciclo do ensino fundamental através dos contos
indígenas**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à
banca de avaliação e homologado pela
Coordenação de Pedagogia da Universidade
Federal da Paraíba

BANCA EXAMINADORA:



Profa. Dra. Roseane Maria de Amorim (UFPB)
Orientadora

Profa. Dra. Alba Cleide Calado Wanderley (UFPB)

Prof. Dr. Luciélío Marinho da Costa (UFPB)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por estar comigo em todos os momentos.

Aos meus pais José (in memoriam), mais conhecido como seu Deda, e Severina, mais conhecida como dona Biu, aos meus avós maternos Severino (in memoriam) e minha amada avó Josefa, mais conhecida como dona Zefinha, que com muito carinho nos alimentava antes de irmos para a escola nos nossos anos iniciais. A eles, toda a minha gratidão pelo conhecimento transmitido, algo que ninguém pode nos tirar. E a todos que me constituíram para o que sou hoje.

Ao meu esposo Wellington que nos momentos difíceis me incentivou a continuar, e por toda ajuda dispensada em ficar com nossos filhos quando precisei me ausentar, mesmo estando presente, para me debruçar nas leituras e elaboração deste trabalho, e dar continuidade à vida acadêmica.

Aos meus filhos Marcos, Stephany, Josué, Adham e Jordan pelo amor, carinho, compreensão e incentivo para nunca desistir.

Às minhas queridas irmãs Edna, Rosane e Priscila, e aos meus irmãos Jonatas e Jonas.

Às amigas do Pelotão de Pedagogia (Daniela, Josiane, Júlia, Adriely e Kalinne) que deixaram o universo acadêmico harmonioso.

À minha orientadora, professora Roseane, pelo compartilhamento de saberes, aprendizado, paciência, que muito nos ajudou e acreditou no desenvolvimento e na concretização desta produção.

[...] a memória permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo atual das representações. Pela memória, o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas, como também empurra, 'desloca' estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência. A memória aparece como força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora.

*Ecléa Bosi
Memória e Sociedade*

RESUMO

Esta monografia tem como objetivo analisar bibliografias sobre a literatura infantil de contos indígenas como forma de promoção e fortalecimento do olhar da criança brasileira para a sua ancestralidade a partir do primeiro ano do ciclo fundamental. Ao resgatar saberes e valores perdidos em relação aos povos indígenas ao longo dos tempos em que os não indígenas se distanciaram pelo desconhecimento desses saberes, levaram à construção de uma sociedade pautada na racionalidade instrumental do progresso tecnológico e destruição da natureza, acarretando danos para toda a humanidade. Ademais, pretendemos trazer reflexões que possam provocar de forma indireta o olhar para a prática pedagógica de professores que atuam nos anos iniciais do ensino fundamental, e o trato com a literatura infantil por meio dos contos indígenas e do papel da literatura para a construção das identidades das crianças. O reconhecimento das tradições, costumes, línguas e saberes pode beneficiar a visão de mundo dos não indígenas com o outro, em relação a si e com o planeta. Metodologicamente, este trabalho é de abordagem qualitativa e revisão de cunho bibliográfico com aporte em teóricos tais como PURI (2019), GRAÚNA (2012), AMORIM (2018), KABEMBA (2019), dentre outros. Discutiremos a ancestralidade, literatura infantil e literatura indígena no enfoque de ressignificação das práticas pedagógicas para desenvolver um futuro cidadão completo e íntegro para atuar de forma consciente na sociedade. Também analisaremos o livro de literatura infantil indígena *Meu Vô Apolinário: um mergulho no rio da (minha) memória*, do autor Daniel Munduruku, além de sites, blogs e vídeos em consonância com a ancestralidade indígena, destacando a importância do professor como mediador do processo que visa à formação de leitores conscientes e futuros autores sociais.

Palavras-chave: Literatura infantil. Educação Indígena. Ancestralidade.

ABSTRACT

This monograph aims to analyze bibliographies on children's literature of indigenous tales as a way of promoting and strengthening the Brazilian child's view of their ancestry from the first year of the elementary cycle. By rescuing lost knowledge and values in relation to indigenous peoples over the times when non-indigenous peoples distanced themselves due to the lack of knowledge of this knowledge, they led to the construction of a society based on the instrumental rationality of technological progress and destruction of nature, causing damage all humanity. In addition, we intend bringing reflections that can indirectly provoke the look at the pedagogical practice of teachers, who work in the early years of elementary school, and the treatment with children's literature through indigenous tales and the role of literature for the construction of identities of children. The recognition of traditions, customs, languages and knowledge can benefit the non-indigenous worldview with the other, in relation to themselves and the planet. Methodologically, this work has a qualitative approach and a bibliographic review with contributions from theorists such as PURI (2019), GRAÚNA (2012), AMORIM (2018), KABEMBA (2019), among others. We will discuss ancestry, children's literature and indigenous literature in the focus of re-signification of pedagogical practices to develop a future complete and upstanding citizen to act consciously in society. We will also analyze the book of indigenous children's literature "*Meu Vô Apolinário: um mergulho no rio da (minha) memória*", by author Daniel Munduruku, as well as websites, blogs and videos in line with indigenous ancestry, highlighting the importance of the teacher as a mediator of the process that aims at the formation of conscious readers and future social authors.

Keywords: Children's literature. Indigenous Education. Ancestry

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – A capa do livro	33
Imagem 2 – Negando a identidade	34
Imagem 3 -Vozes das avós	35
Imagem 4 – Avô Misterioso	36

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - PESQUISA SOBRE ANCESTRALIDADE EM SITES, BLOGS E VÍDEOS.....	25
--	----

SUMÁRIO

1 INICIANDO A CONVERSA.....	6
2 A IMPORTÂNCIA DA LITERATURA INFANTIL PARA A FORMAÇÃO INTEGRAL DA CRIANÇA: desafios e possibilidades da vivência com contos indígenas no contexto escolar.....	11
2.1 A concepção de infância e o papel da literatura infantil na formação das crianças do ensino fundamental	11
2.2 A importância da literatura indígena na formação das crianças do ensino fundamental	17
3 A ANCESTRALIDADE NAS CULTURAS INDÍGENAS E SUA IMPORTÂNCIA PARA A COMPREENSÃO DE NOVAS FORMAS DE NOS RELACIONARMOS COM O OUTRO E CONOSCO: um estudo por meio de sites, vídeos e blogs.....	22
3.1 A importância da ancestralidade indígena para a formação humana.....	23
4 O LIVRO MEU VÔ APOLINÁRIO DE DANIEL MUNDURUKU E A IMPORTÂNCIA DA ANCESTRALIDADE PARA O FORTALECIMENTO DA HISTÓRIA DE VIDA DA CRIANÇA.....	32
4.1 Daniel Munduruku e o livro Meu Vô Apolinário: algumas reflexões sobre a ancestralidade e o fortalecimento da história de vida da criança.....	33
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
REFERÊNCIAS.....	41

1 INICIANDO A CONVERSA

As histórias são inventadas, mesmo as reais, quando são contadas. Entre o acontecimento e a narração do fato, há um espaço em profundidade, é ali que explode a invenção [...]. [...] a literatura marcada por uma escrevivência pode con(fundir) a identidade [do] personagem narrador com a identidade do [autor]. Esta con(fusão) não me constrange.

*Conceição Evaristo
Becos da Memória*

Ao considerar o que nos diz a escritora brasileira Conceição Evaristo na epígrafe acima, partimos do pressuposto de que os fios que tecem a nossa história urdem a escrita deste Trabalho de Conclusão de Curso e se “con(fundem)” com as nossas próprias escolhas teóricas. Sendo assim, optamos por uma temática complexa que nos levaram a rever a própria vida e a nossa ancestralidade. Aprendemos que estudar as histórias dos povos indígenas é aprender um pouco sobre nós mesmos.

Destarte, o quadro atual dos povos indígenas é dramático tendo em vista ausência de políticas públicas eficazes e o retrocesso que está acontecendo no campo político nacional, a exemplo o desmonte da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), órgão que foi criado com o intuito de proteger e promover os direitos dos povos indígenas e combater os ataques constantes às terras indígenas. A história desses povos e seus direitos foram e são omitidos, veladamente, mesmo após a implantação da Lei nº 11.645/2008, cuja determinação diz respeito à valorização da cultura dos povos indígenas em todo o currículo escolar. Enquanto estudante brasileira, pouca coisa aprendi sobre esses povos e sobre o papel da ancestralidade em nossa vida.

O interesse pelo estudo se deu a partir da participação no Programa de Iniciação Científica da Universidade Federal da Paraíba (PIBIC/UFPB), ocorrido no período de 2018 a 2019, intitulado O ENSINO DE HISTÓRIA NA CONTEMPORANEIDADE PELO VIÉS DAS PRÁTICAS SAGRADAS INDÍGENAS: um estudo das fontes virtuais em Pernambuco e na Paraíba. O projeto em questão buscou mapear e analisar as práticas sagradas indígenas tomando-as como processos educativos os quais são passados de geração a geração, propondo desconstruir alguns conceitos preestabelecidos sobre os povos indígenas e suas culturas, repensando as propostas pedagógicas disseminadas no contexto escolar, apresentando as contribuições no ensino de História no ensino fundamental, e reconfigurando as metodologias e o espaço escolar. Dessa forma, o agir com o outro, a integração do ser humano com a natureza

e com ele mesmo, o cuidado em ensinar e passar valores em respeito ao sagrado, instigaram-nos. Sendo assim, esse estudo contribuiu de forma significativa para o desenvolvimento desta pesquisa. De forma que, durante o avanço do PIBIC, ficaram evidentes a valorização e a relevância da disseminação da produção desses povos, que são múltiplos e diversos em suas culturas.

Durante as reuniões de pesquisa foram despertadas as lembranças de criança em relação às histórias que meu pai contava sobre seus ancestrais, dizendo que temos descendência indígena. E sobre tudo o que deixei de aprender com meus avôs maternos que não eram alfabetizados, mas souberam desenvolver estratégias para sobreviver na grande cidade do Rio de Janeiro, após saírem do interior da Paraíba. Meu avô fazia excelentes cocadas, tendo o domínio da produção, desde a aquisição do coco até a venda final do produto. Ele falava sobre o uso indiscriminado de agrotóxicos, da forma que podíamos ter uma lavoura usando apenas a natureza a nosso favor. E como não podia mais aprender com meu pai e meu avô materno por eles já serem falecidos, percebi o quanto deixamos de aprender sobre nós, sobre nossa ancestralidade, partindo dessa perspectiva minhas inquietações e questionamentos.

Nesse contexto, compreendi a importância de discutir a ancestralidade de modo a promover a aproximação do indivíduo com o seu passado, buscando entender o presente e melhorar o futuro, sendo este nosso propósito. Citando Kabemba (2018, p.43) “A cada dia perdemos um ancião e com ele muito do que sabia de ensinamentos sobre o povo se acaba. Morre parte de uma literatura memorial e verbalizada”

Partindo dessa premissa, a pesquisa é fruto da seguinte inquietação: **de que forma a literatura infantil de contos indígenas pode promover e fortalecer o olhar para a ancestralidade nas crianças brasileiras não indígenas no primeiro ciclo do ensino fundamental?** De certa forma pretendemos contribuir para a construção teórica na área, para que os professores e futuros docentes possam se debruçar sobre a temática. Pois a leitura de contos indígenas envolve afetividade, podendo desenvolver um olhar mais aguçado para a ancestralidade. Portanto, como objetivo geral temos: **analisar bibliografias sobre a literatura infantil de contos indígenas como forma de promoção e relevância do olhar da criança brasileira para a sua ancestralidade a partir do primeiro ano do ciclo fundamental.** Temos como objetivos específicos: a) Discutir o ensino de literatura infantil e indígena e sobre o papel da ancestralidade para a compreensão da história de vida individual e coletiva da criança brasileira; b) Identificar e analisar mídias sociais tais como: blogs, vídeos e sites que retratam

a ancestralidade indígena; e c) Abordar a contribuição do livro indígena *Meu Vô Apolinario* de Daniel Munduruku para ampliação do olhar da criança não indígena para a sua ancestralidade.

No sentido de responder às questões e alcançar os objetivos propostos, fizemos a opção pela abordagem qualitativa, e utilizamos o estudo bibliográfico que possibilitou, dentre outras contribuições, a ampliação do conhecimento. O estudo de sites ou vídeos voltados para a temática nos ajudou também na proximidade do tema devido a uma bibliografia escassa. A metodologia consistiu, portanto, em realizar uma revisão bibliográfica sobre a temática **para compreender como a ancestralidade aparece no referido livro**. A pesquisa é de suma importância porque possibilita novos olhares para a temática pouco discutida em espaços escolares da educação básica e na academia.

Sabemos que a aculturação que os indígenas sofreram desde a chegada dos europeus ao Brasil implicou de forma significativa na invisibilidade das culturas indígenas, já que foi excluída ou colocada de maneira subalterna na educação formal implicando de modo ao entendimento a não participação na formação dos mesmos da multiculturalidade do nosso país. Conforme Puri,

[...] a história da produção discursiva da memória apresentada pelos livros didáticos e das práticas pedagógicas no Brasil, desde a formação das primeiras escolas do colonizador, vemos a produção maciça do esquecimento dos povos indígenas e africanos, dos seus saberes e fazeres, da destruição de seus espaços de compartilhamento de conhecimentos, e a inculcando os costumes e valores “dos homens de fé civilizados” afirmaram a selvageria dos sem alma, os povos indígenas (PURI, 2019, p. 83)

Podemos ver essa distorção na maneira em que esses sujeitos são apresentados e representados nas escolas, lembrados apenas de forma comemorativa no dia 19 de abril. Os povos indígenas foram vistos durante muitos séculos como um único povo, sem distinção de culturas, sem história, sem religião. São representados na história brasileira de forma pejorativa a partir de uma visão eurocêntrica, desvalorizados, de difícil escravização pois não gostavam de trabalhar. Mediante Silveira (2019, p.204), “O povo indígena sofreu e ainda sofre com o processo de silenciamento frente às culturas dos povos colonizadores, que resultaram no apagamento e total desvalorização da História construída pelos índios.”

A partir da lei nº 11.645/2008 e de mobilizações sociopolíticas, a cultura indígena aos poucos começou a ganhar visibilidade, mas a implantação de uma lei não é o suficiente para que transformemos nossas ações, pois a mobilização em prol da garantia dos direitos é uma tarefa complexa, cercada de perspectivas culturais, sociais e políticas, não deixando de lado a econômica. Nas escolas, o modo de viver e estar no mundo dos povos indígenas ainda é tratado de forma descontextualizada, anacrônica, preconceituosa e desrespeitosa. Segundo o que

expõem Silva, Amorim e Pizzi (2021, p. 1092), “Não é incomum que nossas escolas ainda estudem os povos indígenas de forma pontual no Dia do Índio e esses povos sejam vistos como ‘índios puros’, isolados que fazem parte de um passado distante”.

Muitos estudantes chegam à Universidade nos diferentes cursos de graduação com a visão de que os indígenas fazem parte do início da história do “descobrimento” do Brasil, não tendo conhecimento de que as culturas indígenas ainda prevalecem nos territórios brasileiros, que são formadas de 305 etnias diferentes, com mais de 274 línguas, e que estão distribuídas de norte a sul, de leste a oeste do país (IBGE, 2010). Especificamente no curso de Pedagogia nem sempre o debate sobre os diferentes povos indígenas faz parte do currículo de maneira enfática, deixando grandes lacunas na nossa formação.

Compreender e valorizar o processo de resistência da cultura indígena nos instigam a estudar e disseminar o conhecimento acumulado de um saber que é excluído historicamente. Precisamos entender que a valorização da ancestralidade indígena nos conecta a nós mesmos, pois somos oriundos desses povos. Cabe ressaltarmos que os povos indígenas são múltiplos, e a proximidade com essa diversidade cultural configura-se num âmbito muito importante para estimular e favorecer o desenvolvimento de temáticas relacionadas a processos de educação multicultural, pois são muitas suas particularidades, crenças, histórias, diferenças linguísticas, costumes, organizações sociais e diferentes tradições, compreendendo que ao longo de cinco séculos sua resistência se atrela à ancestralidade. Citando Puri (2019, p. 85), “a cultura indígena faz parte da base deste país, mas ainda assim, o indígena não é reconhecido como participante desta cultura”.

Tendo em vista que as culturas indígenas foram ágrafas por muito tempo, excluiu-se tal conhecimento das instituições escolares e ainda hoje é muito pouco trabalhado, sendo apenas utilizado de modo vago, sendo também negado o direito de escrever em suas próprias línguas, conforme salienta Graúna (2012, p. 268): “Ao longo da história da colonização, os povos indígenas vivenciaram a impossibilidade de escrever e expor o seu jeito de ser e de viver em sua própria língua”. Nas últimas décadas houve um aumento das produções de escritores e escritoras indígenas de diferentes culturas dando visibilidade a partir do seu lugar de fala que antes era ocupado por escritores que viam os indígenas como preguiçosos, indolentes, primitivos e de pouca relevância para a nossa formação.

Segundo a supracitada autora, o contato com vários tipos de leituras de diferentes culturas favorece a pluralidade cultural brasileira, reconhecendo a presença e a contribuição das muitas etnias que constituem as culturas aqui desenvolvidas. Essa inserção possibilita uma visão de mundo para a compreensão da importância da preservação das relações humanas,

inferindo e fazendo refletir sobre suas ações, desenvolvendo atitudes que podem interferir no presente e impactar as futuras gerações, pois tudo se relaciona com o valor em defesa da vida, da flora e da fauna as quais se inserem nas relações sociais, impactando nos sistemas de valores. Um dos grandes desafios da atualidade é o respeito às gerações, já que muitos valores se perderam ao longo dos últimos anos. Na chamada globalização as informações chegam muito rápidas através de diferentes instrumentos de comunicação o que explica a perda de nossa ancestralidade. Segundo Xavier, Amorim e Wanderley (2018, p. 496),

No dia a dia os sentidos fragmentados, em meio a inúmeras tarefas e os barulhos, advindos de todos os lugares, desorientam-nos e direcionam ao imediatismo, além de uma gama de necessidades muitas vezes dispensáveis. Estamos por demais ocupados para escutar, apreciar, reverenciar e vivenciar. Perdemos a conexão com aquilo que já fomos. Nossa inteireza foi fragmentada por ruídos destoantes e frequências oscilantes.

Dessa forma, tentamos resgatar o olhar para a ancestralidade a partir dos contos indígenas, chamando a atenção para a formação de professores e professoras. Faz-se necessário que a Universidade traga essas discussões tanto para a formação inicial como continuada, objetivando a mudança de paradigma.

Esta monografia está estruturada, além da introdução, em três seções. Na seção 2, discutimos a importância da literatura para a formação integral do ser humano, e os desafios da literatura indígena em sala de aula desde os primeiros anos do ensino fundamental. Na seção 3, procuramos trazer reflexões sobre a ancestralidade, e para isso investimos no estudo de alguns sites e blogs. Na seção 4, analisamos de forma sucinta o livro intitulado *Meu Vô Apolinário*, de Daniel Munduruku, para ampliação do olhar da criança não indígena para a sua ancestralidade.

2 A IMPORTÂNCIA DA LITERATURA INFANTIL PARA A FORMAÇÃO INTEGRAL DA CRIANÇA: desafios e possibilidades da vivência com contos indígenas no contexto escolar

*Contaram-me uma história que não era minha. Disseram
que deveria ser daquele jeito ou daquela forma.
Colocaram no meu pensamento que não sou nada
mediante o esplendor da cultura do colonizador. Fizeram
com que eu deixasse de ser o que sou. Chega!!!!!!!, vou
seguir os ventos que mostram o poder da minha
ancestralidade, vou contar minhas próprias histórias
para que as futuras gerações saibam quem eu realmente
sou.*

Roseane Amorim (In: Silva, Amorim, Pizzi, 2021, p.1093)

Esta seção pretende apresentar alguns esclarecimentos sobre a importância da literatura para a formação integral da criança. O nosso objetivo neste estudo não é esgotar a discussão e sim apresentar algumas reflexões que ajudem os novos pesquisadores no aprofundamento do debate. O nosso olhar é apontar como a literatura infantil e a literatura indígena são fundamentais para a formação da personalidade da criança. Para tal realizamos os estudos por meio da bibliografia da área procurando apresentar aos leitores alguns encaminhamentos reflexivos para o trabalho em sala de aula. Entendemos a necessidade de pensarmos a relação teoria e prática como algo essencial no trabalho do educador e da educadora.

É importante dizer ainda que a literatura indígena se diferencia de outras produções literárias pois retratam as suas histórias, culturas e modos de vida. A literatura indígena aparece com certa força no século XXI como locus de resistências e de manutenção de suas identidades. Na próxima seção iremos discutir de forma sucinta a concepção da infância e o papel da literatura infantil no ensino fundamental. Esperamos atingir o objetivo proposto. Conforme foi assinado na epígrafe acima, vamos seguir os ventos que mostram o poder da nossa ancestralidade para que as futuras gerações saibam quem realmente somos.

2.1 A concepção de infância e o papel da literatura infantil na formação das crianças do ensino fundamental

As concepções de criança e de infâncias nem sempre existiram. A definição de criança se constituiu ao longo dos processos socio-históricos, ou seja, as crianças são sujeitos socioculturais e históricos em processo constante, e diverge entre as culturas ao redor do mundo nesses longos anos. Ao definirmos criança temos que voltar no passado para podermos olhar

essa construção, já que antes as crianças eram vistas como “miniadultos”. Considerados a partir de sua faixa etária e um ser ainda em formação. Na Idade Média a criança era encarada como pecado original, adultos em miniaturas, seres incompletos, irracionais, pequenos monstros, considerados meros seres biológicos, sem lócus social e sem autonomia. Conforme Munarim apud Ariés (2011, p. 378), as crianças não tinham tratamento diferenciado, eram vestidas como adultos de acordo com a classe social na qual cada uma estava inserida. Dessa forma, a criança não era tratada com afeto, com respeito e com a devida atenção as suas necessidades e especificidades. Citando Azevedo apud Corazza (2013, p.25),

As crianças [...] são as grandes ausentes da história, simplesmente porque, chamado. no “passado” - da Antiguidade à Idade Média - não existia [...] “infância” nem essa figura social e cultural chamada “criança” [...]. Não é que não existissem seres humanos pequenos [...], mas é que a eles não era atribuída a mesma significação social e subjetiva; nem com eles eram realizadas práticas discursivas e não discursivas que somente fizeram o século XVIII na plenitude, o XIX e, até mesmo, os meados do século XX, nem a infância nem a criança nem infantil foram considerados em qualquer medida [...]

Nesse sentido, compreendemos que a concepção de infância ao longo do tempo foi se transformando, e na contemporaneidade diferentes campos de saberes buscam compreender essa fase humana.

Para Fernandes e Kuhlmann Júnior (2004, p.16),

a palavra infância evoca um período da vida humana. No limite da significação, o período da palavra inarticulada, o período que poderíamos chamar da construção/apropriação de um sistema pessoal de comunicação, de signos e sinais destinados a fazer-se ouvir. O vocábulo criança por sua vez, indica uma realidade psicobiológica referenciada ao indivíduo.

Nesse sentido, a infância é o período em que a criança está em desenvolvimento físico, psicológico, motor e social, precisando dessa fase para estabelecer ao seu tempo suas estruturas, já que cada uma tem o seu momento, e a partir desse desenvolvimento fará conexões com o mundo gradualmente, elevando o seu aprendizado. As trajetórias de consolidação da criança e da infância se entrelaçam já que se deram historicamente pela negatividade.

Destarte, a formação das concepções de criança e de infâncias se entrelaçam ao longo da história, forjando mudanças no olhar para um novo sujeito que passa a ser visto com direitos, considerado um ator social, ou seja, produtor de cultura com seus pares e com os adultos, fazendo parte de uma organização familiar e estando inserido numa determinada sociedade, numa determinada cultura, e num determinado momento histórico. Numa mesma sociedade pode haver diferentes concepções de criança, prevalecendo o contexto social e econômico, o

grupo étnico em que pertence, e o grupo familiar onde está inserida.

Desde modo, as concepções de infâncias se entrelaçam à literatura, já que antes as crianças compartilhavam tudo dos adultos. Mediante essa diferenciação a literatura acompanha essa especificidade.

Historicamente a literatura surgiu da necessidade de contar os feitos da humanidade desde os primórdios, o que ocorria oralmente, já que a escrita é uma construção social que foi aprimorada ao longo de muitos anos. Mediante o que diz Borges (2010, p.98),

No universo amplo dos bens culturais, a expressão literária pode ser tomada como uma forma de representação social e histórica, sendo testemunha excepcional de uma época, pois um produto sociocultural, um fato estético e histórico, que representa as experiências humanas, os hábitos, as atitudes, os sentimentos, as criações, os pensamentos, as práticas, as inquietações, as expectativas, as esperanças, os sonhos e as questões diversas que movimentam e circulam em cada sociedade e tempo histórico.

A literatura registra e expressa aspectos múltiplos do complexo, diversificado e conflituoso campo social no qual se insere e sobre o qual se refere. Ela é constituída a partir do mundo social e cultural e, também, constituinte deste; é testemunha efetuada pelo filtro de um olhar, de uma percepção e leitura da realidade, sendo inscrição, instrumento e proposição de caminhos, de projetos, de valores, de regras, de atitudes, de formas de sentir [...]

No século XVIII, com a revolução industrial, desabrocharam variações em diferentes contextos econômico, social, político e ideológico. Distinguindo também os grupos sociais em proletariados e burguesia. O primeiro grupo constituído de sujeitos que deixavam os campos e iam para as cidades, e o segundo que detinham os capitais excedentes provenientes do minério ou do comércio marítimo. Com isso, passou-se a padronizar, instituir e estipular novos moldes sociais, estereótipos de família e um novo olhar para a criança, que até então não era vista como sujeito e não tinha um foco diferenciado, e passou a ficar sob a tutela da mãe, sendo o pai o responsável pelo provento da família. Sendo assim, a preservação da criança e da infância conferiu um prestígio a esse sujeito que estimulou economicamente o aparecimento de novas indústrias de objetos direcionados a esse público, como os brinquedos, além da inserção de bens culturais, livros e novos campos das ciências, como a Antropologia, Sociologia, Psicologia, Pedagogia, Pediatria, entre outros, que surgiram em decorrência dessas novas concepções.

A escola advém a partir desse novo modelo social, com a institucionalização da família, e em prol da firmação da burguesia e do favorecimento da criança. A tal instituição que tem por finalidade prepará-la, moldando-a para o enfrentamento da vida futura, passou a servir de mediação entre a criança e a sociedade. Nesse viés, a criança e a infância passaram a exigir o direcionamento de leituras próprias para elas, já que antes as produções eram direcionadas

apenas aos adultos, sem distinção e particularidades, fazendo surgir assim os primeiros textos destinados às crianças, denominados de literatura infantil. La Fontaine e Charles Perrault foram os precursores dessa literatura, lançando os primeiros livros direcionados ao público infantil, e provocando o surgimento de muitos outros autores, tais como os irmãos Grimm, Hans Andersenn e Monteiro Lobato.

Por falta de produções brasileiras e por ter sido uma colônia portuguesa, por muito tempo o Brasil apenas produziu obras traduzidas e adaptadas, as quais se distanciavam do leitor devido à diferença linguística. Segundo Lajolo & Zilberman (2007, p. 30 e 31),

A adaptação do modelo europeu que nos chegava geralmente através de Portugal, nesse primeiro momento de literatura infantil brasileira, não se exerceu apenas sobre o conto de fadas. Ocorreu também a apropriação brasileira de um projeto educativo e ideológico que via no texto infantil e na escola [...] aliados imprescindíveis para a formação de cidadãos.

Assim como confirma Silva apud Cunha (2009, p.137), “no Brasil, como não poderia deixar de ser, a literatura infantil tem início com obras pedagógicas e, sobretudo, adaptadas de produções portuguesas, demonstrando a dependência típica das colônias”.

Na década de 1980 houve uma grande mobilização social no Brasil em favor da infância que resultou na “Convenção Internacional dos Direitos da Infância”, a qual promoveu a criança a sujeito de direitos, dando a dignidade de pessoa.

Partindo da institucionalização da educação que antes era pautada no recorte da classe social, a partir da Constituição Federal de 1988 são estabelecidos princípios fundamentais em relação às crianças, que até então eram desprendidas como políticas assistencialistas, configurando-se direitos de cidadãos brasileiros e dever do Estado, sendo dispensado um novo olhar para a criança. A Convenção sobre os Direitos da Criança, que começou a vigorar em 2 de setembro de 1990, foi adotada pela Assembleia Geral das Organizações das Nações Unidas (ONU) em 20 de novembro de 1989, sendo ratificada por 196 países, e os Estados Unidos se abstiveram da ratificação. O Brasil ratificou a Convenção sobre os Direitos da Criança em 24 de setembro de 1990, que estabelece em sua Parte I, art. 29, “imbuir na criança o respeito por seus pais, sua própria identidade cultural, seu idioma e seus valores, pelos valores nacionais do país em que reside, do país de origem, quando for o caso, e das civilizações diferentes da sua”.

O desenvolvimento de estudos no campo da Antropologia, Sociologia, Psicologia, Pedagogia, entre outras áreas, vêm modificando a concepção de criança, as legislações e as práticas educacionais, de gestão, indicando uma nova visão de criança.

Nessa perspectiva, medidas políticas e documentos que direcionam a educação para o estabelecimento de um currículo para o desenvolvimento das particularidades do trabalho com as crianças, são propostas pelo MEC (Ministério da Educação e da Cultura), e a dimensão de identidade relacionada à criança ganha evidência, exercendo impacto na construção do ser criança, ressaltando o desenvolvimento de um sujeito de direito

a criança necessita participar desse processo de formação humana e que este ocorre por meio da educação. A educação que se realiza, particularmente pela escola, nessa perspectiva, deve possibilitar ao estudante apropriar-se do legado cultural produzido pelo homem e, a partir dessa apropriação, desenvolver-se psicologicamente e produzir sua própria existência (MEINERT, p. 95 e 96, 2013)

Ademais, o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) também aponta para a concepção de infância na medida em que afirma que “as crianças possuem uma natureza singular, que as caracterizam como seres que sentem e pensam o mundo de um jeito muito próprio” (BRASIL, 1998, p. 21). Ainda nesse sentido, a definição de criança trazida no artigo 4º das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil – DCNEI (Resolução CNE/CEB nº 5/2009) diz que ela é um

sujeito histórico e de direitos, que nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (BRASIL, 2010, p.12)

Para a BNCC a criança não apenas interage, mas cria e modifica a cultura e a sociedade, reforçando a visão de que a criança é protagonista em todos os contextos de que faz parte, sendo, portanto, um sujeito ativo, reafirmando a concepção de criança trazida anteriormente pela DCNEI.

A partir de documentos regulamentadores os conteúdos foram se ajustando mediante os constantes avanços educacionais para se abranger com mais amplitude a construção do conhecimento institucionalizado. Nesse cenário, a BNCC em seu embasamento diz que a criança que vivencia diferentes contextos de interações com objetos e pessoas, seja com seus pares ou adultos, são beneficiadas, potencializando seu repertório cultural, suas aprendizagens e seu desenvolvimento. Diante de todas essas mudanças, adaptações foram realizadas, surgiu a lei nº 11.645/2008 que estabeleceu novas diretrizes de implementação de práticas pedagógicas no currículo escolar no âmbito do ensino de história, da literatura brasileira e da educação artística, com ênfase no reconhecimento das culturas dos povos indígenas no processo de formação da sociedade brasileira, de modo a compreender que a cultura indígena e a literatura

indígena sugerem a continuidade e a permanência da memória ancestral, a ancestralidade. Porém, a forma como a literatura indígena é apresentada na escola ainda é muito insipiente, sendo considerada superficial, quase inexistente.

Vale ressaltar que, mesmo após incorporada a lei nº 11.645/2008, a temática sobre os povos indígenas ainda é trabalhada e repassada no contexto escolar de forma anacrônica. Podemos ver nos livros do primeiro ciclo do ensino fundamental imagens desvinculadas dos contextos sociais atuais, pois muitos indígenas são atores na sociedade em que vivemos, atuando como médicos, antropólogos, pedagogos, deputados, escritores, entre outras atividades laborais, descaracterizando as relações/interações com a sociedade nacional e internacional.

Podemos explorar a partir do gênero textual literatura a temática dos povos indígenas, já que a literatura trabalha a subjetividade, ajudando a construir a identidade, sendo uma arte social com diversos campos que possibilitam várias concepções. Assim “a literatura detém um privilegiado potencial para a leitura, posto que o texto literário abarca a capacidade de conduzir o leitor a mundos imaginários, despertando emoções e causando prazer aos sentidos e às sensibilidades humanas” (AMORIM, FREIRE, 2015, p.45), potencializando o desenvolvimento de um sujeito crítico e ativo.

No tocante à literatura infantil, autores como Santos e Soares (2018) salientam que se trata de um recurso pedagógico e um estilo literário. Ela promove a criatividade e trabalha os desejos, expectativas e sentimentos presentes na criança, explorando sua capacidade de imaginação. Assim, afirmam as supracitadas autoras (2018, p.33): “a literatura infantil pode ser considerada como um potente artefato de gênero e de sexualidade, capaz de produzir papéis sociais binários (homens e mulheres)”. Isso significa dizer que, para além do trabalho de criatividade, a literatura infantil apresenta aspectos políticos, sociais e culturais que contribuem para a formação das identidades culturais dos sujeitos. Dizendo de outra forma, a literatura contribui para o desenvolvimento da personalidade da criança, influenciando nos aspectos emocionais e sociais (SOARES, SANTOS, 2018). Por sua vez, Amorim e Freire acrescentam (2015, p.44)

As possibilidades que a literatura pode oferecer à adoção de práticas curriculares multi e interculturais nos convidam a refletir sobre seu papel social e sua influência na formação de ideias, de representações e, porque não dizer, de pessoas. Compreendida como arte da palavra, como produto artístico que tem suas raízes no social, como manifestação artística que (re)cria a realidade, a literatura constitui um componente da comunicação e da interação social, cujo papel inclui a difusão da(s) cultura(s) de uma sociedade [...]

É sabido por meio de estudos estatísticos que muitas crianças não têm acesso a

livros por estarem inseridas em contextos sociais que desfavorecem essa prática, por fatores como o analfabetismo, econômico ou social, que contribuem para o hábito de não se ler. Segundo os estudos, em muitos lares não se tem o hábito da leitura, e até mesmo a prática da tradição oral, que é o primeiro contato com um texto realizado oralmente, vem desaparecendo devido ao advento da tecnologia que nos torna cada vez mais introvertidos em nossos próprios mundos em que a dialogicidade não aparece. Dessa maneira, a escola se torna o único lócus de convivência com essa prática tão fundamental que está na vida das crianças, muitas vezes, antes mesmo do seu nascimento, pois a mãe já conta as histórias sobre o quanto ela era planejada, desejada ou até mesmo não, e quando a criança nasce é embalada nas canções de ninar. Mencionando Guesse (2011, p. 3),

[...] uma característica significativa [...] da relação com a tradição oral; são as narrativas tradicionais, as canções e poemas, antes transmitidos apenas através da oralidade que estão sendo escritos [...] Vale ressaltar que essa relação entre a oralidade e a literatura escrita [...] é um elemento central e fundamental desse processo.

Nessa direção, o contato com a literatura indígena pode proporcionar à criança uma nova maneira de lidar com a leitura social e leitura de mundo:

O contato com a literatura indígena nos desafia e proporciona o encontro com este outro cuja relação com a terra, o divino, a ordem social, a história, as artes, problematiza nossa própria relação com estes elementos e com a nossa própria identidade. (THIÉL, 2013, p.1185)

Nesse sentido, o professor e a professora quando trabalham com a literatura infantil estão lidando com certa visão de mundo que circula na sociedade e que conseqüentemente terá rebatimento na formação do educando e educanda. Assim, podemos indagar: qual a importância da literatura indígena para a formação das nossas crianças? O que essa literatura pode proporcionar aos estudantes do ensino fundamental? Essas questões serão analisadas a seguir.

2.2 A importância da literatura indígena na formação das crianças do ensino fundamental

A literatura indígena se diferencia de outros movimentos literários porque retrata as ancestralidades dos povos indígenas criando outras possibilidades de mundo. Através da literatura, os povos indígenas podem contar, a seu modo, sua história, seus costumes, sua ancestralidade, pois antes eram contados pelos não indígenas. Conforme Melo e Costa

(2019, p.31),

[...] literaturas indígenas se consolidam [...] ao reafirmarem os valores e a cultura dos diversos povos originários que compõe a sociedade brasileira. [...] oportunizando-lhes vozes e lugares de fala para que exponham suas subjetividades, suas histórias, suas culturas, suas lutas, suas resistências [...] possam corrigir distorções e incoerências disseminadas em razão do silenciamento histórico imposto a essas comunidades e da prevalência do ponto de vista ocidental a respeito delas e de suas culturas.

Durante muitos anos não houve produções literárias de autoria indígena, com raras exceções, impossibilitando a visibilidade das culturas desses povos. A partir da década de 1990 foram surgindo autores indígenas que trouxeram a partir de suas histórias, de suas vivências, de suas narrativas e lugar de fala, a produção que se vê hoje ainda pouco disseminada. Conforme afirma Puri (2019, p. 85),

Hoje utilizamos a caneta como uma nova arma. Uma arma que desarma, que instrui e encaminha. Precisamos levar os conhecimentos indígenas para as escolas, pois é nas crianças que está a esperança de um novo mundo, pois as crianças de hoje guiarão este país amanhã

A Constituição Federal de 1988, nos artigos e incisos citados mais abaixo, reconhece o direito dos povos indígenas referentes à educação escolar, ou seja, a manutenção dos seus costumes, seus valores, suas crenças, suas culturas e tradições, reconhecendo suas línguas maternas e o processo de aprendizagem.

Artigo 210 - Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

2. O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

Artigo 231 - São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens (BRASIL, 2001, p. 207).

A partir da escolarização e do respeito às culturas indígenas surge uma educação diferenciada, específica, intercultural e bilíngue, valorizando os saberes e os conhecimentos indígenas, e fazendo emergir a literatura indígena que traz em suas entrelinhas a ancestralidade de um povo que hoje é recontada através da escrita, em que antes era repassada de forma oral. Podemos citar Silveira (2019):

Histórias narradas no passado fazem parte do presente dos indígenas, pois eles acreditam que compartilhando narrativas estarão mantendo viva a memória de seus antepassados e aproveitando todo o ensinamento que circula nos ambientes em que estão inseridos. Dessa maneira, a oralidade se conecta com a ancestralidade e é característica dos indígenas. (SILVEIRA, 2019, p. 203)

Conforme Santos (2020, p. 96), “esses escritores têm na memória ancestral, ou seja, nos conhecimentos aprendidos na aldeia com os mais velhos, a matéria poética que dialoga com outros saberes da modernidade”. Dessa forma, há na literatura indígena uma história de resistência e esforço individual ou coletivo em manter e disseminar as culturas indígenas que por muito tempo foram silenciadas ou contadas por autores não indígenas a partir de seus olhares, e não segundo toda uma tradição de valorização de saberes passados de geração a geração, de forma oral, e que hoje podem ser transmitidas pelos livros, mas contadas pelo ponto de vista dos verdadeiros autores dessas culturas, os próprios indígenas. Conforme Hakiy,

O contador de história sempre ocupou um papel primordial dentro do povo, era centro das atenções, ele era o portador do conhecimento, e cabia a ele a missão de transmitir às novas gerações o legado cultural dos seus ancestrais. Foi desta forma que parte do conhecimento dos nossos antepassados chegou até nós, mostrando-nos um caleidoscópio ímpar, fortalecendo em nós o sentido de ser indígena. Em sua essência o indígena brasileiro sempre usou a oralidade para transmitir seus saberes, e agora ele pode usar outras tecnologias como mecanismos de transmissão. Aí está papel da literatura indígena, produzida por escritores indígenas, que nasceram dentro da tradição oral, que podem não viver mais em aldeias, mas que carregam em seu cerne criador um vasto sentido de pertencimento. Esta literatura tem contornos de oralidade, com ritos de grafismos e sons de floresta, que tem em suas entrelinhas um sentido de ancestralidade, que encontrou nas palavras escritas, transpostas em livros, não só um meio para sua perpetuação, mas também para servir de mecanismo para que os não indígenas conheçam um pouco mais da riqueza cultural dos povos originários. (HAKIY, 2018, p.38)

A força da oralidade é muito presente nos povos indígenas. A educação desses povos se fazia e ainda se faz, em grande parte, de forma oral, em que os valores e conhecimentos são passados pela tradição oral. Conforme Clastres (1982, p. 108), “nas comunidades tribais as crianças aprendem [...] ‘para a vida e por meio da vida’ [...] toma conhecimento dos mitos dos ancestrais, desenvolve aguda percepção do mundo e aperfeiçoa habilidades”.

A escrita e a escolarização foram de grande contribuição para a valorização e a formação, valorização da identidade antes negada. Nesse sentido, pensamos que o resgate da ancestralidade nos conecta a quem somos na medida em que procuramos compreender nossa ancestralidade, buscando o sentido do nosso próprio corpo. Conforme afirma Munduruku,

A escrita é uma técnica. É preciso dominar essa técnica com perfeição para poder utilizá-la a favor da gente indígena. Técnica não é negação do que se é. Ao contrário, é afirmação de competência. É demonstração de capacidade de transformar a memória em identidade, pois ela reafirma o ser na medida em que precisa adentrar no universo mítico para dar-se a conhecer ao outro.

O papel da literatura indígena é, portanto, ser portadora da boa notícia do (re)encontro. Ela não destrói a memória na medida em que a reforça e acrescenta ao repertório tradicional outros acontecimentos e fatos que atualizam o pensar ancestral.

Há um fio muito tênue entre oralidade e escrita, disso não se dúvida. Alguns querem transformar esse fio numa ruptura. Prefiro pensar numa complementação [...]

Pensar a literatura indígena é pensar no movimento da memória para apreender as possibilidades de mover-se num tempo que a nega e que nega os povos que a afirmam.

A escrita indígena é a afirmação da oralidade. (MUNDURUKU, 2018, p. 83)

Acreditamos que a literatura indígena contribua significativamente para que as crianças compreendam os valores de determinadas visões de mundo, integralizando o reconhecimento da ancestralidade em tudo o que temos e vivemos atualmente, reencontrando e valorizando a sabedoria ancestral. O que se torna muito importante para a valorização de mundo e de ser no mundo. Outro ponto fundamental nesse processo de produções é que elas trazem em suas entrelinhas diversos fatores que favorecem a formação do ser humano, tais como: resiliência, ressignificação de valores e relação com o outro. Santos (2020, p.100) diz que “distingue-se de outras literaturas por carregar representações de um povo, história de vida, identidade, espiritualidade”.

Com a globalização e o capitalismo muitos valores se perderam ao longo dos anos, principalmente o valor humano que reflete na violência, no abandono, no consumo exacerbado, na degradação ambiental, na violação dos direitos humanos e na desvalorização do outro. Podemos citar Marín

A globalização é apresentada como uma grande abertura, mas é, na verdade, uma ameaça de uniformização cultural, que coloca em perigo a preservação da diversidade cultural, despertando conflitos e recolhimentos identitários e nacionais, facilitando, assim, a emergência das inevitáveis consequências da intolerância e do racismo (MARÍN, 2020, p.137)

Com o processo de globalização os povos indígenas têm utilizado a tecnologia como suporte para desconstruir os estereótipos implementados pelo processo de colonização. Nesse processo de colonização foi desconsiderado as culturas indígenas e o povo brasileiro foi submetido a um processo educacional pautado por muitos anos a essa exclusão dos saberes desses povos.

A partir da literatura indígena houve o resgate da vivência com os/dos adultos, a demonstração do respeito do adulto com relação à criança e vice-versa, evidenciando interação e troca de saberes, implicando no resgate da ancestralidade, na satisfação da identidade e na

valorização das culturas indígenas, as quais fazem parte da nacionalidade brasileira, mas que foram invisibilizadas no percurso histórico do país. Citamos:

[...] a ancestralidade, o princípio fundador, raiz sentimental, que recria, atualizando-se na universalidade a partir de um contexto, manifestam-se nos costumes e nas tradições, com grande aporte na memória grupal e individual, nas manifestações materiais e imateriais, especialmente no seu fortalecimento pela identidade e preservação, pela integração e sua cultura (MACHADO, 2014, p. 57).

As experiências coletivas são os resgates de suas memórias em que passado e presente se mesclam para projetar um futuro mais promissor. Ademais, a literatura infantil como expressão do ser humano contribui para uma educação pautada na diversidade cultural na medida em que ela permite aprendizagens no campo sociológico, antropológico, histórico, cultural, geracional, psicológico, etc. A literatura é uma forma do ser humano entrar em contato consigo e com o outro. O texto literário não se fecha em si mesmo, é uma abertura para o mundo. Segundo Lourenço e Dalvi (2019, p. 83),

para o escritor, a literatura é a oportunidade de expressão de suas ideias, sentimentos, indignações, admirações etc., sendo, portanto, sua impostação de voz diante dos acontecimentos do mundo. Para o leitor, a literatura representa o seu diálogo com outras ideias, outros sentimentos, indignações, admirações, etc.

A literatura indígena está quase ausente da escola e há poucos estudos acadêmicos sobre o tema. Por tudo isso é de fundamental importância que tanto a literatura indígena como a literatura negra estejam presentes em sala de aula, visto que esses povos são constitutivos do nosso país. Somente assim podemos ter relações mais equitativas. No decorrer do trabalho iremos discutir a ancestralidade indígena e a sua importância para a formação humana.

3 A ANCESTRALIDADE NAS CULTURAS INDÍGENAS E SUA IMPORTÂNCIA PARA A COMPREENSÃO DE NOVAS FORMAS DE NOS RELACIONARMOS COM O OUTRO E CONOSCO: um estudo por meio de sites, vídeos e blog.

*Sempre estamos em algum lugar, em alguma paisagem
que nos levam a múltiplas possibilidades de sermos.
Contudo, somos ou passamos a ser a partir da nossa
ancestralidade, da nossa origem mesmo quando negamos
quem fomos. O passado fica impregnado na nossa alma
como a escuridão está para a noite e para as estrelas.
Por mais que queiramos, não há como apagar totalmente
o passado. O passado na verdade está mais do que
presente.*
Roseane Amorim (In: Silva, Amorim, Pizzi, 2021, p.1089)

O resgate da ancestralidade nos conecta com a nossa verdadeira identidade na medida em que procuramos compreender nossa história, quem somos, de onde viemos. Sendo o resgate cultural e histórico de entes passados que forjam e fortalecem os laços do presente e futuro ligados ao passado. Essa ancestralidade tece os fios da vivência humana que, como uma teia, apresenta reflexões em diversos aspectos. Freire (2021) diz:

ancestralidade [...] encantamento[...] uma perspectiva filosófica [...] discorrer desde nosso modo próprio de filosofar, de construir reflexões críticas desde nossas experiências, nossas vivências em um solo tecido pela relação ancestral [...] que construiu esse país. É compreender essas epistemologias [...] desde a percepção comunitária [...] organização, resistência, valorização, promoção e celebração da vida [...] (FREIRE, 2021, p. 265)

Esta seção objetiva traçar algumas reflexões sobre a ancestralidade indígena e sua importância para a construção da identidade da criança e formação humana. Sabermos quem somos, e qual a nossa origem e histórias, são temas de fundamental importância para a construção da nossa identidade. A identidade vai se constituindo ao longo da vida e por isso ela é um processo de reflexão e de interação conosco e com o outro. A ancestralidade interliga saberes e ressignifica as histórias do passado em consonância com o presente.

No tocante à ancestralidade nas culturas indígenas, existem poucos estudos que abordam tais questões, e no nosso dia a dia pouco se fala sobre os povos indígenas e sua cosmovisão ¹. Temos grande dificuldade em reconhecer esses povos como fazendo parte da nossa história. Os

¹ Esclarecemos ao leitor que devido às poucas pesquisas e materiais sobre o tema, e a complexidade da discussão, não é possível realizar em um trabalho de TCC um aprofundado da temática. Por ser uma pesquisa inédita, é impossível dar conta de reflexões profundas num semestre letivo com inúmeras demandas e com um período determinado para finalização da produção.

povos indígenas são estudados na escola de maneira genérica e muito distantes de nós. Tudo isso dificulta a nossa reflexão sobre a ancestralidade. Há um apagamento da história cultural dos povos indígenas, dificultando o acesso à história desses povos. O que conhecemos é a versão do colonizador. Nesse sentido, no próximo item vamos apresentar algumas reflexões sobre a ancestralidade indígena e a contribuição para a formação humana. Como foi afirmado na epígrafe acima “... por mais que queiramos, não há como apagar totalmente o passado. O passado na verdade está mais do que presente”.

3.1 A importância da ancestralidade indígena para a formação humana

Foram os ancestrais que viveram, lutaram, reivindicaram e modificaram, através de suas ações, realidades que hoje não são valorizadas, visto que as novas gerações vêm perdendo a conexão com suas histórias, que muitas vezes não são conhecidas, mas são elas que nos constituem, pois somos frutos de várias histórias. Nesse contexto, podemos citar Puri (2019)

A importância [...] não está somente no fato de conhecermos melhor nossa história, é conhecermos a história pelos personagens reais. [...] como um ser vivente, com todos os seus direitos preservados. [...] conhecedor das maravilhas da natureza em vários de seus aspectos [...] em nossos conhecimentos de hoje, existe [...] participação indígena. [...]
[...] conhecedores das florestas e matas. [...] plantas, sua utilização. [...] localização de riachos, montanhas, vales e uma grande variedade de fauna com suas peculiaridades. Não devemos nos envergonhar de nossas raízes [...] elas nos sustentam..., mas precisamos conhecer melhor nossa história, para fazer [...] justiça àqueles que tanto lutaram pela terra [...] importante este passeio por memórias e lembranças, pois elas nos trazem alguns resquícios daquilo que viveram nossos ancestrais. (PURI, 2019, p.88)

A ancestralidade não é só uma categoria religiosa, mas de posição política de luta, de afirmação de identidade, de cosmovisão do seu povo. Está ligada às relações consanguíneas e ao simbólico. Sendo uma categoria analítica que permite a produção de sentido para cada indivíduo. Levando o sujeito a agir por militância, lutar pelo seu povo, pela história, sua forma de ser no mundo. Categoria central para o nosso conhecimento na medida em que busca o sentido do seu próprio ser no mundo do entendimento do seu corpo. Segundo Machado (2014),

[...] a ancestralidade [...] nos acompanha em todos os lugares. Essa busca da reterritorialização encontra-se no culto à tradição, assim como na possibilidade de continuidade do seu espaço e seu tempo histórico, tempo esse que é o dos ancestrais, seja no passado, seja no presente e até mesmo no futuro, pois o tempo da ancestralidade é o tempo do passado, do presente e de um futuro próximo. [...] que sustenta os princípios históricos produzidos por seu povo, num movimento dinâmico, trazendo novidades dos antepassados para o mundo contemporâneo. (MACHADO,

2014, p.57)

A autora afirma ainda,

[...] a ancestralidade aparece como nossa guia, a referência maior, a lógica que organiza o pensamento [...] é ela que permite se pensar, refletir, recriar, criar e vivenciar continuamente uma cosmovisão [...] conceito e práxis [...] posto que conhecer, aprender a sabedoria dos antigos é atualizar, continuamente, o conhecimento. (MACHADO, 2014, p.58)

Ademais, precisamos resgatar e reconstruir histórias para que haja uma interação de formação subjetiva e coletiva, contribuindo para a formação de sujeitos com valores e saberes fundamentados no desenvolvimento integral do ser humano, a fim de resistir a assujeitamentos que são impostos por não se ter um conhecimento de lutas, reivindicações por parte dos nossos ancestrais. Podemos citar Couto

[...] exige responsabilidade e integração com sua ancestralidade. O modo como agimos no mundo faz diferença para cada um de nós e para o outro. Por isso, não podemos dispensar a dimensão pessoal [...]. A crença na possibilidade de construção de um ser humano que, apesar de ser inacabado, se sente integrado com a natureza, com o outro e a si mesmo é fundamental [...] (COUTO apud MATOS, 2019, p.881).

A literatura indígena traz consigo as culturas desses povos, seus saberes coletivos, suas muitas histórias contadas de geração em geração através da tradição oral, que atualmente se materializam para serem repassadas aos mais jovens que serão responsáveis em manter essa tradição, visto que “a matéria dos livros são as histórias contadas pelos mais velhos. Portanto a ancestralidade nesses textos se manifesta [...]” (SANTOS, 2020, p.103). Os povos indígenas, a partir das narrativas sobre seus povos, seus modos de compreender e se relacionar com a natureza, tentam questionar e arrancar o poder reservado aos colonizadores e descendentes. Portanto, a partir da ancestralidade do seu povo, expressam suas vozes e iniciam um processo de reescrita da história (SILVEIRA, 2019). Para Oliveira (2012, p.44), com base em Somé (2003), “a ética da ancestralidade é comunitarista e compreende perfeitamente que a comunidade não é abstração conceitual, nem utópica, mas uma realidade da maior importância para o exercício da vida e da cidadania.” Por isso, podemos dizer que a ancestralidade permite uma interação coletiva em tempos diversos que nos guiam no caminho para o reconhecimento de quem somos e o que queremos nos tornar.

A ancestralidade, para os indígenas, significa manter vivo seus antepassados, seus entes, suas histórias, suas lutas e resistências. Compreendemos que são poucos os meios informativos

que tratam do tema ancestralidade e nesse viés iremos analisar alguns sites, vídeos e blogs na tentativa de uma maior aproximação com a temática. Vejamos o quadro que segue para análise:

QUADRO 1 - PESQUISA SOBRE ANCESTRALIDADE EM SITES, BLOGS E VÍDEOS

	Sites/blogs	Título de Apresentação	Significado	Descrição Geral
1	https://www.youtube.com/watch?V=8eqn8kdn6k4	Ancestralidade e tradição oral - matriz indígena	29/08/2021 117 visualizações	Cunho pedagógico A partir da contação de história/Lenda da Erva Mate
2	https://www.youtube.com/watch?V=4padplwzuna	Lições da ancestralidade indígena - Daniel Munduruku, Cláudio Sinoti e Iris Sinoti	09/07/2020 478 visualizações	Cláudio Sinoti e Iris Sinoti entrevista Daniel Munduruku
3	https://www.youtube.com/watch?V=gkvoxmuebww	A literatura indígena: conhecendo outros brasis- Julie Dorrico TEDxUnisinos	2/10/2019 9.548 visualizações	Palestra com Julie Dorrico
4	https://www.youtube.com/watch?v=p-yCXiK-3c8	Ancestralidade Indígena Apenas músicas-126 visualizações-11 de abr. de 2020	126 visualizações 11 de abril de 2020	Música de filme infantil. Pedagógico – ensino religioso
5	https://www.youtube.com/watch?v=VR5Yteahu00	Ancestralidade e a descoberta como escritora, com Eliane Potiguara	44 visualizações 28 de maio de 2021	Entrevista
6	https://www.youtube.com/watch?v=NB3QU-TyZ2w	Ancestralidade Indígena-	133 visualizações 11 de abril de 2020	Músicas que exaltam a ancestralidade indígena
7	https://www.youtube.com/watch?v=03eE-GSbLUo	O vídeo manifesto Indígenas Infâncias: Lutas e Ancestralidade, foi produzido em abril de 2021, sob a direção e roteiro de Joana Truká (Cabrobó-PE) e edição de Mário Emmanuel (Recife-PE), através da Escolinha	19 de abril de 2021 263 visualizações	A ancestralidade como protesto em forma de poesia.

		de Conselhos de Pernambuco		
8	https://www.youtube.com/watch?v=79tgMWsn_FU	Elementos que fazem parte da nossa ancestralidade	16 de agosto de 2021	Cunho pedagógico/ ensino religioso traz o significado e resgate da ancestralidade
9	https://www.youtube.com/watch?v=YcdOwY7Dlp0	Práticas de cura do povo Pankararu – Elisa Urbano Ramos Pankararu Elisa - Etnia Povo Pankararu. Graduada em licenciatura em Letras e Mestra em Antropologia pelo PPGA-UFPE, Coordenadora do Departamento de Mulheres Indígenas da APOINME.	3775 visualizações 4 de agosto de 2021	Traz a ancestralidade como forma de reencontro e cura
10	https://www.youtube.com/watch?v=mPJg-0Z34	Aula 7: Medicina Ancestral Indígenas Hunikuin	9003 visualizações 09/062021	O curso de Extensão Saberes Ancestrais e Práticas de Cura tem como objetivo uma aproximação inicial com os saberes ancestrais e práticas de cura, a partir de conversas com integrantes de povos tradicionais ancestrais de diferentes etnias, convidados/as a compartilhar suas compreensões e experiências relacionadas à cura e interculturalidade

Fonte: Quadro produzido pela autora. 2021.

O quadro acima é fruto da pesquisa sobre a ancestralidade e de que forma ela é transmitida em diversos espaços. O critério de escolha dos sites foi a partir da palavra ancestralidade indígena. O primeiro vídeo é de cunho pedagógico a partir da contação da história da lenda da erva mate, e traz em seu contexto diversas temáticas relacionadas à ancestralidade indígena. Por se tratar de aulas relacionadas ao ensino religioso, podemos concluir que o foco não é diretamente as culturas indígenas e o aspecto ancestral. Durante a apresentação, a professora mostra diversos objetos e a foto de uma criança indígena para

representação do povo indígena. A lenda contada sobre a erva mate é oralizada por uma contadora de história. Percebemos que o site tem apenas 100 inscritos, 124 visualizações e apenas 3 curtidas, o que indica que não há um interesse expressivo pelo vídeo. A produção é recente, 29 de agosto de 2021, o que nos leva a crer que foi produzida durante a pandemia da Covid 19, em que as aulas aconteceram de forma remota. Para Hakiay (2018), os povos indígenas do Brasil, ao longo do tempo, têm sido tratados com um certo desdém. Para o autor, todas as informações que sabemos e compreendemos sobre esses povos levam a um hiato e a um esquecimento abissal. A população brasileira não deu o devido valor aos povos indígenas, causando um estranhamento e uma falta de reconhecimento de quem eles são, e de sua importância para quem somos hoje.

A segunda produção se refere a um vídeo de 9 de julho de 2020 em forma de entrevista com Daniel Munduruku, abordando questões sobre as lições da ancestralidade indígena. O site tem 3,05 mil inscritos, criado por Cláudio Sinot que é terapeuta junguiano e palestrante espírita, mas o vídeo só teve 478 visualizações, com apenas 48 likes, o que demonstra desinteresse pela temática. Nessa entrevista, Daniel Munduruku discute a ancestralidade no período da pandemia causada pela Covid-19. Verificamos uma ancestralidade relacionada à espiritualidade. Daniel Munduruku ressalta no vídeo que precisamos nos integrar à natureza, pois ela é a nossa grande mestra. O rio, a terra e as árvores são tratados como nossos parentes. A ancestralidade é troca, é sentimento. Pois quem é parente cuida do outro. Essa cosmovisão indígena é muito importante para que sejamos capazes de bem viver com o outro e com a natureza.

A terceira produção, com 9.548 visualizações, de 2 de outubro de 2019, com descrição “A literatura indígena: conhecendo outros brasis | Julie Dorrico | TEDxUnisinos”, é uma palestra apresentada por Julie Dorrico, descendente do povo macuxi, população indígena que habita a região de fronteira entre as Guianas e o Brasil. Doutoranda em teoria da literatura e organizadora do livro “Literatura indígena brasileira contemporânea: criação, crítica e recepção”, a sua pesquisa contribui para desfazer concepções equivocadas com novos olhares para os povos originários do Brasil. Nesse vídeo ela traz a importância da literatura indígena para o encontro com sua ancestralidade, e a necessidade de revermos a história oficial que esconde a história dos povos indígenas. Apesar de ter muitas visualizações, tem apenas 861 curtidas, o que pode dificultar a propagação de uma temática tão importante.

A quarta produção, de 07 de dezembro de 2016, tem 403 visualizações. O vídeo apresenta um trecho do filme Pocahontas, a personagem indígena que busca conselhos em uma árvore, sua ancestral. O canal é de cunho pedagógico (ensino religioso), com o objetivo de auxiliar docentes na preparação de material pedagógico em uma perspectiva plural de respeito

às diferenças e combate à intolerância religiosa. Traz a ancestralidade de forma lúdica através do filme de produção infantil. Em um determinado trecho do filme, ilustra a relação dos povos indígenas com a natureza.

O quinto vídeo, de 28 de maio de 2021, é o relato de Eliane Potiguara sobre sua trajetória como escritora, a partir encontro com sua ancestralidade e da literatura indígena escrita e digital como transmissão da cultura. A descrição do vídeo apresenta apenas 54 visualizações. Não toca diretamente na discussão sobre ancestralidade, mas remete à história de Eliane Potiguara como escritora, sua trajetória e dificuldade. Para Kambeba (2018, p.40), “na literatura indígena, a escrita assim como o canto, tem peso ancestral. Diferencia-se de outras literaturas por carregar um povo, história de vida, identidade, espiritualidade. Essa palavra, está impregnada de simbologias e referências coletadas durante anos de convivência com os mais velhos”.

A descrição do sexto vídeo informa que ele foi gerado automaticamente pelo YouTube. As músicas exaltam a ancestralidade. Tem 133 visualizações e sua produção é de 11 de abril de 2020. Diz ter pertencimento à A.F.R.C Tribo Muirapinima Featuring Théo Neves. Não há elementos que descrevam a sigla A.F.R.C. As letras das músicas fazem referência as lutas, algumas tribos indígenas, aos ancestrais, a biodiversidade e a religião do homem a natureza.

O sétimo vídeo traz como descrição: Manifesto indígenas infâncias: lutas e ancestralidade, contando com a direção e roteiro de Joana Truká (Cabrobó-PE) e edição de Mário Emmanuel (Recife-PE), produzido por alunos da Escola de Conselhos de Pernambuco que atua com outras instituições, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pernambuco (CEDCA-PE), articulando educação formal e educação não formal para a formação de sujeitos conscientes para a transformação social e autonomia. Presumimos devido à data de publicação realizada em contexto pandêmico seja para comemoração do dia do índio. Produzidos por jovens conscientes da importância da ancestralidade, usando-a como força para protesto e indignação contra os desmontes do governo. Tem 263 visualizações e sua produção é de 19 de abril de 2021. No referido vídeo, a ancestralidade é destacada como lócus de resistência e lutas pelo território.

O oitavo vídeo é de cunho pedagógico (ensino religioso), e traz o significado e o resgate da ancestralidade. Aborda a ancestralidade a partir da perspectiva afro-brasileira. Produzido em 16 de agosto de 2021, com 23 visualizações, destaca a importância das oralidades e da escuta dos mais velhos e dos nossos ancestrais. Em relação à ancestralidade e oralidade, Hakie (2018, p.38) salienta,

O contador de história sempre ocupou um papel primordial dentro do povo, era o centro das atenções, ele era o portador do conhecimento, e cabia a ele a missão de transmitir às novas gerações o legado cultural dos seus ancestrais. Foi dessa forma que parte do conhecimento dos nossos antepassados chegou até nós, mostrando-nos um caleidoscópio ímpar, fortalecendo em nós o sentido de ser indígena. Em sua essência o indígena brasileiro sempre usou a oralidade para transmitir seus saberes, e agora ele pode usar outras tecnologias como mecanismo de transmissão.

Pelo que foi exposto acima, compreendemos o quanto o trabalho com a ancestralidade pode favorecer o fortalecimento da identidade da criança brasileira e estabelecer o vínculo saudável com seus avós e bisavós. O ancião em nossa sociedade é compreendido como uma pessoa descartável, que não serve mais para a produção e, conseqüentemente, para a economia. O respeito e o conhecimento dos mais velhos precisam ser valorizados pelas gerações do presente e do futuro.

O nono vídeo tem a descrição: Práticas de cura do povo Pankararu² – Elisa Urbano Ramos Pankararu, e refere-se a uma entrevista com Elisa Urbano Ramos Pankararu da etnia do Povo Pankararu. Graduada em Licenciatura em Letras e Mestra em Antropologia pelo PPGA-UFPE, e coordenadora do Departamento de Mulheres Indígenas da APOINME³, ela traz a ancestralidade como abordagem em diferentes campos. O vídeo, produzido em 4 de agosto de 2021, com 3775 visualizações e 722 likes, destaca a relação entre ancestralidade e território. Ressalta-se a importância do convívio e da aprendizagem com os mais velhos, fazendo referência a uma sociedade marcada pelas matriarcas (grandes lideranças de mulheres na referida etnia). O aprendizado era pautado em mulheres que realizavam a cura, como rezadeiras, parteiras, etc., e que curavam com as ervas. Esse aprendizado sobre as curas foi vivenciado através da ligação com os ancestrais. Para a líder e para o seu povo o território vai além da extensão de terras, pois está relacionado com uma gestão coletiva. O território é compreendido

² O curso de extensão foi realizado em meados de março a outubro de 2021, respeitando o contexto pandêmico, com aulas síncronas e assíncronas, e as transmissões foram pelo YouTube, no canal do Núcleo de Psicologia Comunitária e da Saúde (NUCS) da UFCG, com carga horária de 60 horas. Teve como objetivo realizar uma aproximação inicial com os saberes ancestrais e as práticas de cura a partir de conversas com os integrantes de povos tradicionais ancestrais de diferentes etnias, convidados a compartilhar suas compreensões e experiências relacionadas à cura e interculturalidade. Foi promovido pelas universidades UFCG e UFPE, alinhado à necessidade de descolonização epistemológica acadêmica, aberto ao público acadêmico e em geral, aproximando os saberes e práticas da medicina das florestas e dos terreiros.

³ A APOINME (Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo) é uma Organização Indígena não governamental regional sem fins lucrativos, criada em maio de 1990 durante o 1º Encontro de articulação de povos indígenas da região Leste e Nordeste do país, realizado na Terra Indígena do Pataxó Hãhãhã, em Itabuna, Bahia. Tendo como principal bandeira de luta a defesa de direitos humanos e da regularização dos territórios indígenas da região. Com mais de 20 anos de existência, atua junto a uma população constituída por mais de 213 mil indígenas, em territórios e comunidades de 10 estados compreendidos em sua área de abrangência (Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe).

como uma grande morada, uma grande casa em que vivem seres visíveis (os vivos) e os invisíveis (os ancestrais que já partiram e que se comunicam com os seres visíveis. Eles (os ancestrais) continuam morando no território juntamente com a natureza, a água, os rios, as matas, as árvores, que têm importância dentro desse sistema. Por isso que a luta pelo território é muito mais que a luta pela terra. É a luta pela manutenção da história e ligação com o seu povo, vivos e não vivos. Para nós, não indígenas, isso é encarado como algo sem sentido pois não compreendemos a cosmovisão desses povos.

O décimo vídeo é uma entrevista mediada por Ricardo Moebus com a indígena Ayani da tribo Hunikuin, cineasta e filha do pajé Agostinho, com 9003 visualizações, produzido em 09 de junho de 2021. O vídeo faz parte de um curso de extensão ministrado pelo NUCS (Núcleo de Psicologia Comunitária e da Saúde) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), sendo a sétima aula com a descrição de Medicina Ancestral Indígena Hunikuin. A ancestralidade é abordada no contexto de cura através da tradição transmitida pelo pai de Ayani que desenvolveu um projeto que é referência dos resgates ancestrais, criador de um parque Fundo do Secreto, registrando e documentando as plantas, e do Livro Vivo e Livro da Cura. É importante destacar que, segundo Jacupé (2020, p.33), para os povos indígenas “os ancestrais são também conhecidos como trovões, criadores, anciões arco-íris ou pássaros guerreiros...”, isto é, os ancestrais têm total conexão com a natureza.

É possível verificar que os vídeos são recentes, produzidos no contexto pandêmico. Em relação à pesquisa de sites, utilizamos como palavras-chave “sites de ancestralidade indígena” e fomos direcionados para exames de árvore genealógica, levando-nos à conclusão de que muito pouco se discute a temática da ancestralidade indígena. No tocante aos blogs, também não encontramos produções que destacassem a ancestralidade. Há vários blogs indígenas ou não indígenas sobre o assunto, contudo, não estão voltados para essa temática específica. A situação é complexa no sentido de que não sabemos quem somos e quem nos tornaremos. Outro ponto que chama atenção é que os vídeos de cunho pedagógico estão relacionados apenas ao ensino religioso e à cultura indígena desses povos, mas deveriam ser trabalhados de forma multicultural para que se possa haver uma valorização dos povos indígenas. A forma como o tema é trabalhado nas escolas de ensino fundamental constitui-se em uma dificuldade no processo de aprendizagem, comprometendo o desenvolvimento da criança não indígena em relação ao pertencimento e identidade, desvalorizando sua ancestralidade. Segundo Amaral (2019, p. 24072),

A ascensão da produção e da divulgação de textos referentes à cultura indígena se deu paulatinamente a partir da década de 90 com a Elaboração das Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 9394/96). A referida Lei traz em seu artigo 26º o ensino das culturas afro, indígena e europeia no que tange apenas o ensino de História do Brasil “§ 4º - O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígenas, africana e europeia” (BRASIL, 1996). Observa-se aqui que o ensino da cultura indígena estava restrito ao ensino da História de “descobrimento do Brasil”. Foi apenas em 2008 que a lei nº 11.645 é sancionada e com ela houve a inclusão dos temas acerca das culturas indígenas abarcando além da disciplina de História. De acordo com o texto da referida lei, o ensino deve ser pautado em três princípios: a consciência política e histórica da diversidade, o fortalecimento de identidades e de direitos, e as ações educativas de combate ao racismo e às discriminações. Um grande avanço do ponto vista educacional é o fato de que esses conteúdos devem ser ministrados de forma transversal e deve naturalmente fazer parte do currículo, em especial nas áreas de Literatura, de Artes e de História.

Considerando as produções acima e a relevância do tema, podemos dizer que não somos ensinados a valorizar nossos ancestrais. Dizendo de outra forma, a questão ancestral não é pensada e valorizada em nossa sociedade desde a infância pela maioria das famílias brasileiras. Verificamos que as produções que alcançaram mais visualizações são aquelas propostas como cursos de extensão em instituições de ensino superior, levando-nos a crer que esse trabalho é importantíssimo na formação de professores e na produção do conhecimento acadêmico. Dessa forma, é possível pensar a temática através da literatura, despertando nas crianças não indígenas a herança cultural através da ancestralidade. Nesse contexto, iremos analisar alguns aspectos do livro *Meu Vô Apolinário*, de Daniel Munduruku, na próxima seção.

4 O LIVRO MEU VÔ APOLINÁRIO DE DANIEL MUNDURUKU E A IMPORTÂNCIA DA ANCESTRALIDADE PARA O FORTALECIMENTO DA HISTÓRIA DE VIDA DA CRIANÇA

Não quero que digam quem eu sou. Tenho minha própria voz para contar minhas histórias, lutas, desafios, derrotas, feridas e vitórias. Afinal sou um ser humano dotado de vontade própria. Não venha me dizer que você tem o poder da palavra, a honraria da sua classe social e do seu poder temporal. A minha voz vai sair quer você queira ou não. Não irei me calar diante da miséria humana, da sua imposição diante do meu modo de ser. Recuso-me a ser o que você quer que eu seja. Minha voz sairá e seus ecos levados aos quatros cantos do planeta Terra pelos ventos, mostrarão a grandeza do meu povo, do meu modo de viver, da minha simplicidade e sabedoria. Escuta minha voz. Há! Quem sou eu? Sou viajante das estrelas e do universo. Sou Maravilhosamente Indígena, Negra e Guerreira. Nada que disseses sobre mim será verdades absolutas. Porque eu e meu povo somos únicos. E unicamente contaremos nossas próprias histórias....

Roseane Maria de Amorim (In Gomes, Amorim, Wanderley, 2020)

As culturas dos diversos povos indígenas podem ser consideradas um livro aberto contado por diferentes suportes. Para além da escrita hoje, os indígenas sempre expressaram suas histórias através da oralidade, da arte de desenhar nas cerâmicas, e da produção de diferentes artefatos (KAMBEBA, 2018). A arte de desenhar nos artefatos não indica apenas beleza. As pinturas dos corpos, por exemplo, indicam a relação que todos têm com a natureza e seus ancestrais. Para cada povo há um significado diferente. No dizer de Kambeba (2018, p.43), “a palavra é, para os povos indígenas, um objeto de arte, pois ela representa a imagem guardada na memória de saberes”. Dessa forma, é preciso cuidar da palavra pois ela contém energia e histórias.

Destarte, nesta seção iremos realizar uma breve incursão sobre a obra Meu Vô Apolinário, de Daniel Munduruku. Vamos apresentar apenas algumas reflexões devido ao tempo e à condição deste Trabalho de Conclusão de Curso. Alertamos que vamos nos deter em algumas partes da produção e não no livro todo. O nosso recorte recai nos trechos em que a ancestralidade e a questão da identidade e do pertencimento são mais fortes, embora toda obra remeta a essas questões. Podemos afirmar que a literatura é um produto do inconsciente coletivo e do inconsciente pessoal, por isso ela é tão importante na formação dos educandos e educandas, conforme os estudos no campo da Psicologia Analítica anunciam (STEIN, 2006)⁴. De acordo

⁴ Devido a extensão da temática, não nos aprofundamos sobre inconsciente coletivo e inconsciente pessoal. Deixamos para o leitor a referência, caso queira se debruçar: STEIN, M. Jung – o mapa da alma. São Paulo: Cultrix, 2006.

com Amorim (2020) na epígrafe acima, os diferentes povos indígenas são únicos, logo eles próprios precisam contar suas histórias.

4.1 Daniel Munduruku e o livro *Meu Vô Apolinário: algumas reflexões sobre a ancestralidade e o fortalecimento da história de vida da criança*

O trabalho com a literatura infantil possibilita à criança vivenciar outros mundos e criar sua própria identidade. Amaral (2019, p. 24073) afirma que “isso quer dizer que quando uma criança entra em contato com uma obra destinada a ela, isso a torna apta para expandir o seu próprio mundo e desenvolver-se enquanto sujeito”.

O livro *Meu Vô Apolinário - Um mergulho no Rio da (minha) memória*⁵ publicado em 2001, do autor Daniel Munduruku⁶, é uma obra de literatura indígena e se divide em *A raiva de ser índio*; *Maracanã*; *Crise na cidade*; *O vô Apolinário*; *A sabedoria do rio*; *O voo dos pássaros* e *Apolinário se une ao grande rio*. Na apresentação gráfica da capa do livro já podem ser vistos elementos que nos remetem à cultura indígena tais como: o grafismo, a natureza, o cocar, folhas, palha, sementes, plantas que são utilizadas de diversas maneiras e com diferentes finalidades, dentre outros, que para as culturas indígenas são valores que interligam gerações a gerações, retratando a ancestralidade. Vejamos a imagem que segue:

Imagem 1 – Capa do livro



Fonte: MUNDURUKU, D.; BORGES, R. *Meu Vô Apolinário: um mergulho no rio da (minha) memória*. São

⁵ O livro é formado por diversos capítulos, mas não discutiremos todos.

⁶ O autor possui graduação em Filosofia pela Universidade Salesiana de Lorena (1989). É doutor em Educação pela Universidade de São Paulo. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação Indígena. É pós-doutor em Linguística, com ênfase em Literatura Indígena, pela Universidade Federal de São Carlos. É autor de 52 livros voltados para o público infantil, juvenil e educadores. É Comendador da Ordem do Mérito Cultural da Presidência da República desde 2006. Em 2013, recebeu a mesma condecoração na Ordem Grã-Cruz. É Diretor-Presidente do Instituto UKA - Casa dos Saberes Ancestrais. Recebeu diversos prêmios literários no Brasil e no exterior. É membro da Academia de Letras de Lorena. Em 2018, foi condecorado pela Fundação Bunge na categoria Vida e Obra.

Paulo: Studio Nobel, 2001. p.11.

Cada capítulo apresenta muita ancestralidade, memórias e perspectivas de identidade. O autor retrata de forma simples e até divertida o seu encontro de identidade a partir do resgate da sua ancestralidade através de seu avô. No início do livro ele relata a sua história de vida, mas também descreve a sua dificuldade com a identidade indígena, como podemos observar no título do capítulo “A raiva de ser índio”. Thiél afirma que,

Com relação aos índios, muitos estereótipos foram construídos pelo colonizador europeu ao longo dos séculos de dominação. As inúmeras comunidades indígenas, apesar de distintas, tiveram sua identidade étnica construída por discursos homogeneizantes que ficcionalizaram os nativos como bárbaros, selvagens, primitivos, carentes de lei, fé e rei, ora como bons selvagens, inocentes, desprovidos de ganância (THIÉL, 2013, p.1185).

Podemos perceber a negação e a dificuldade com sua identidade indígena na seguinte Imagem 2 abaixo:

Imagem 2: Negando a identidade

Só não gostava de uma coisa: que me chamassem de índio. Não. Tudo, menos isso! Para meu desespero, nasci com cara de índio, cabelo de índio (apesar de um pouco loiro), tamanho de índio. Quando entrei na escola primária, então, foi um deus-nos-acuda. Todo mundo vivia dizendo: “Olha o índio que chegou à nossa escola”. Meus primeiros colegas logo se aproveitaram para colocar em mim o apelido de Aritana⁵. Não preciso dizer que isso me deixou furo da vida e foi um dos principais motivos das brigas de rua nessa fase da minha história – e não foram poucas brigas, não. Ao contrário, briguei muito e, é claro, apanhei muito também.

Fonte: MUNDURUKU, D.; BORGES, R. Meu Vô Apolinário: um mergulho no rio da (minha) memória. São Paulo: Studio Nobel, 2001. p.11.

Conforme observamos na Imagem 2, nas palavras de Mundukuru (2001, p.11): “não gostava de uma coisa: que me chamassem de índio”, há uma grande lacuna entre o seu eu e sua identidade, devido à estigmatização perpetuada por muitos anos em relação à desvalorização do indígena. Mesmo mediante tudo o que fazia para ajudar no sustento da família, seu esforço não era reconhecido pelos colegas não indígenas, e ser chamado de índio era ser considerado uma pessoa sem prestígio. Por não haver um conhecimento real e aprofundado das culturas indígenas, elas foram reproduzidas nas escolas segundo o ponto de vista eurocêntrico, destacando-se os estereótipos reproduzidos ao longo de muitos anos em relação aos indígenas. Para Souza (2018, p.53), “as inúmeras imagens que foram construídas através da literatura ao longo da história do Brasil, que distorceram ou idealizaram nossas formas de viver e de se

relacionar entre homens, animais e natureza” são as perpassadas para as crianças de forma anacrônica. No mesmo capítulo, Munduruku rememora lembranças de sua infância, seus momentos felizes que vivia na cidade, mas descreve também suas angústias oriundas de sua falta de pertencimento e identidade com a mesma, vinculada as suas vivências na escola, ou seja, no seu mundo. Esse memorial individual relata suas contradições de ser feliz e infeliz na cidade. E demonstra que a palavra índio era uma forma pejorativa de se direcionarem a ele. Um dos lugares que ele mais gostava de estar era na aldeia, pois era onde tinha o contato com o seu povo, suas origens, o que descreve nos capítulos seguintes, e principalmente com o seu avô Apolinário que era o elo fidedigno de ser índio.

Verificamos que o livro é uma autobiografia que tem a memória como elemento fundamental para explicitar o pertencimento de seu povo. Como afirma Polastrini (2011), o uso da memória pelo autor em seus escritos remete a uma literatura que busca retratar seus costumes nas aldeias, explicitando, portanto, a cosmovisão dos povos indígenas.

No segundo capítulo, *Maracnã* descreve alguns costumes cotidianos que traz a literatura, na tradição oral, que é um ponto comum nas culturas indígenas

Imagem 3: Vozes das avós.

vez em quando para amedrontar as crianças. Era o saci-perere, a matintaperera, o curupira, o boitatá, entre outros. Nossas anciãs contavam a história de forma tão encantada que pareciam verdadeiras e todos morriam de medo, tanto que, muitas vezes, a gente não tinha coragem nem mesmo de levantar para ir embora. Nossa fantasia era alimentada e visitada por esses pequenos seres – verdadeiros – trazidos até nós pela voz cantilena de nossas avós.

Fonte: MUNDURUKU, D.; BORGES, R. Meu Vô Apolinário: um mergulho no rio da (minha) memória. São Paulo: Studio Nobel, 2001. p.14.

O relato da Imagem 3 demonstra o quão é estimulada a imaginação das crianças através da literatura, antes feita pela tradição oral, podendo ser substituída por obras literárias indígenas para perpetuação da memória ancestral. Segundo Thiél,

O relato mítico que se refere à origem do mundo, dos deuses e do homem, oferece mais que entretenimento, como poderia ser concebido pela perspectiva ocidental; entendido como verdadeiro saber, o mito fornece as bases que sustentam as relações sociais das comunidades tribais. Portanto, o mito não é construção ficcional, mas construção social.

Desta maneira, as narrativas míticas indígenas anunciam, principalmente em seus parágrafos de abertura, a consciência de uma continuidade, valorizam a memória e a permanência de um saber ancestral [...] (THIÉL, 2016, p. 94)

Cabe ressaltar que que, a importância da literatura indígena se compõe na constituição

de memória, de ancestralidade e se define em seu contexto de relação espaço atemporal. O ato de contar história traz consigo o fortalecimento da cultura e estabelece um elo de identidade e cultura. Conforme Costa (2019, p. 39)

“[...] a ancestralidade [...] aparece como marca intrínseca [...] e é um fenômeno que pode ser percebido no modo das diferentes gerações se relacionarem: de um lado a criança, no auge da sua curiosidade infantil; de outro a avó, a guardiã matriarca da sabedoria ancestral [...]. A tradição é repassada de geração em geração pela contação de histórias, assim, a oralidade constitui marca fundamental e caracterizadora dessas culturas e baliza a ancestralidade numa perspectiva de fortalecimento dos laços familiares e espirituais.”

O capítulo que se segue nos traz um olhar mais apurado sobre o que é *O vô Apolinário*, apresentando ao longo da leitura a importância da ancestralidade em que se conecta passado e presente através da figura importantíssima para restituição, afirmação e orgulho da identidade de ser indígena.

Imagem 4: Avô Misterioso



Fonte: MUNDURUKU, D.; BORGES, R. *Meu Vô Apolinário: um mergulho no rio da (minha) memória*. São Paulo: Studio Nobel, 2001. p.26.

Os saberes ancestrais nas culturas indígenas sempre foram contados pelos mais velhos, os anciãos e os pajés, transformando-se em ensinamentos para a cultura, a identidade e a vida. Esses saberes ancestrais são a base das culturas indígenas que lutaram, resistiram, ressignificaram-se e sobreviveram ao sufocamento imposto pela sociedade de diversas formas.

Munduruku descreve o distanciamento entre o seu pai e o seu avô paterno como um suposto problema para a aproximação e convívio entre eles, revelando que até o momento não havia laços familiares próximos, uma memória afetiva, e relatando que seu avô era misterioso, uma figura emblemática, mas com um grande vigor para fazer todos os afazeres do cotidiano da aldeia. Após a aproximação entre ele e o seu avô, há um resgate da ancestralidade a partir

dos ensinamentos repassados pelo Vô Apolinário, trazendo também o resgate da identidade indígena, a qual o autor, enquanto criança, negava-se a aceitar por haver uma associação a conceitos negativos, pejorativos. Contudo, os saberes do seu avô o fizeram despertar para uma aceitação de seu próprio eu.

Concluimos que a ancestralidade é constituída de memórias, histórias, afetividade, e é transmitida através dos laços que fazemos com os nossos ascendentes, que repassam aos nossos descendentes a partir das ações, dos diálogos, das tradições. A sabedoria que se constitui com o passar dos anos na vida de cada sujeito deve ser valorizada, e é essa sabedoria que não encontramos nos livros, mas que é difundida nas culturas indígenas perpassando gerações como fonte de sobrevivência, resistência, avidez. Vozes que são atualizadas com o passar do tempo, como os contos indígenas, que podem nos ensinar a ter um olhar diferenciado para o outro, para nós, e para a natureza, que não damos mais valor. Esse reencontro entre passado e presente pode reestruturar um novo futuro, com cidadãos mais conscientes, capazes de serem mais íntegros e integralizados para a construção de novos saberes com respeito a todas as culturas e todos os seres vivos e não vivos. Esse resgate fortalece o pertencimento, a resistência e a valorização das lutas enfrentadas para conquistar o que temos hoje.

Essa ancestralidade foi sendo desconstruída com a visão única de mundo imposta pela globalização. Visto que houve uma generalização dominante, fazendo com que existisse um distanciamento de costumes e valores das várias culturas, incluindo as culturas indígenas da base que constitui a população brasileira. Como podemos constatar com o trecho no seguir

Há uma longa história de valorização e desvalorização dos conhecimentos, que marcou a relação entre as culturas dominantes e as dominadas. Esses conhecimentos são reproduzidos pelos sistemas educativos, que, para isso, utilizam o mecanismo da imposição de uma política educacional oficial, desde a época da dominação colonial e pós-colonial.

A escola oficial encarregou-se de transmitir a visão de mundo, a língua e a cultura dominante [...] (MARTIN, 2009, p.129)

A ausência da discussão sobre a ancestralidade leva ao não pertencimento, a identidade fragmentada e a crise dela. Portanto, a ancestralidade é o encontro entre presente, passado e futuro, trazendo consciência sobre quem nós somos e quem nos tornaremos.

A partir dessa nova maneira de se transmitir ancestralidade (literatura escrita) através dos contos indígenas, autores e autoras podem se expressar de diversas formas. A literatura se forja de maneira a expor os sentimentos do autor e estabelece com o leitor uma aproximação, criando vínculo entre gerações e grupos diversos. Lourenço e Dalvi (2019, p.83) ponderam,

Para o escritor, a literatura é a oportunidade de expressão de suas ideias, sentimentos, indignações, admirações etc., sendo, portanto, sua imposição de voz diante dos acontecimentos do mundo. Para o leitor, a literatura representa o seu diálogo com outras ideias, outros sentimentos, indignações, admirações etc. (LOURENÇO; DALVI, 2019, p. 83)

Por tudo o que foi exposto anteriormente, compreendemos que a literatura indígena e africana, quando problematizam a ancestralidade, permitem às crianças não indígenas o encontro com sua própria ancestralidade, abrindo espaço para o diálogo com suas origens, culturas, sentimentos, formas de ser e viver no mundo. Esse diálogo permite novos olhares para si e para o outro. Sendo assim, é importante que as professoras e os professores estejam preparados para o trabalho com essas questões. Moreira (1995, p.11) afirma que: “realça-se, assim, a necessidade de se compreender o currículo como parte de uma luta mais ampla entre discursos dominantes e subordinados, o que tem implicações práticas para o modo pelo qual os/as professores/as acolhem as experiências e as vozes dos estudantes”. Nesse sentido, não se pode pensar que as situações didáticas realizadas em sala de aula são inocentes e desinteressadas. É preciso pensar o currículo como política cultural, como locus de poder e de construção de identidades.

Faz-se necessário que na formação de professoras e professores essa literatura esteja presente, sendo vivenciada e discutida em diferentes dimensões, isto é, relacionando teoria e prática ao mesmo tempo, para que os docentes estejam preparados e instigados durante a atuação em sala de aula na educação básica, promovendo um aprendizado significativo. Os docentes precisam indagar: as literaturas indígena e africana estão sendo vivenciadas no decorrer do ano letivo e de que forma? Quais autores e livros indígenas as professoras e os professores conhecem? São perguntas que os próprios formadores de professores precisam fazer.

Ressaltamos, por sua vez, que as crianças do primeiro ano do ensino fundamental encontram-se na passagem da educação infantil para o início do ensino fundamental. Nessa fase, a curiosidade e o desejo de descoberta permitem abertura para o aprendizado de forma dinâmica e rica de experiências. Todas as situações vivenciadas por essas crianças nesse período vão marcar as suas vidas. Por isso, é preciso cuidar do currículo, cuidar das histórias contadas, dos silêncios impostos, do não dito, do negligenciado, do invisibilizado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendemos que a literatura é um recurso pedagógico que pode potencializar e proporcionar uma visão diferente com relação à ancestralidade, buscando romper com uma postura tradicional que não ressalta mudanças significativas nas atitudes de formação das crianças, futuros cidadãos em ação.

O desenvolvimento da literatura indígena nos anos iniciais do ensino fundamental para as crianças não indígenas deve promover um novo olhar para a ancestralidade, propiciando ricas possibilidades de aprendizagem, ressaltando a importância de valorizarmos os mais velhos, os saberes adquiridos pelos que vieram antes de nós, enfatizando a cultura local, o outro, e a comunidade.

Contudo, a literatura indígena, mesmo quando escrita individualmente, refere-se a um todo, a uma história vivenciada por muitos, e, através desse resgate, há a possibilidade de preservação de comportamentos que degradam a vida, o meio ambiente, o eu e o outro. Com o respeito e a consciência da nossa ancestralidade, o sujeito passa a valorizar os mais velhos que são a base da cultura, pois vieram antes de nós, e podem nos ensinar de forma alinhada aos novos conhecimentos adquiridos. Conforme Silva,

É fundamental refletirmos sobre os desafios e as possibilidades da literatura de temática indígena na escola, provocando nos alunos e professores a compreensão e valorização dessa escrita, como forma de difundir a inclusão e o respeito social. Espera-se, assim, que a inserção da literatura de temática indígena na educação básica, por meio do letramento literário, concorra para a formação de uma identidade leitora multiétnica e multicultural (SILVA apud GAMA-KHALIL, SOUZA, 2020, p. 83).

Trabalhar a ancestralidade com as crianças pode proporcionar uma visão de passado, presente e futuro de forma que venham a entender a sua própria história, bem como a história da sua comunidade e dos seus ancestrais, construindo novos olhares para mudar a sua história, a realidade em que se vive, a questão socioambiental, numa perspectiva integralizadora. Fomentar a ancestralidade nos anos iniciais do ensino fundamental nos induz a deduzir que estamos na contramão da fragmentação do ser a partir de valores e saberes ancestrais que podem nos direcionar para uma integração, uma conexão, uma religação com o nosso passado, nossos ancestrais, que deixaram legados de lutas, vitórias e resistências que muitos de nós desconhecemos por não sabermos quem somos. Podemos promover a partir da literatura indígena de contos infantis a reflexão através da conexão com o passado, proporcionando uma nova visão de mundo, reavaliando ações que impactam nas florestas, nos mares, no eu, no outro,

em nós, e em tudo o que há.

Todavia, acreditamos nas possibilidades de superação da desvalorização e do fortalecimento das culturas indígenas mediante diferentes propostas de intervenção pedagógica e ação reflexiva a partir da literatura infantil de contos indígenas como conscientização das práticas para firmação da lei nº 11.645/2008, garantindo um envolvimento com outras culturas que articulam e constroem processos que contribuem para a valorização da ancestralidade como forma de resistência e perpetuação da cultura.

Ademais, ponderamos que a falta de uma discussão acadêmica, levantando reflexões e questionamentos a respeito da ancestralidade indígena, pode ser entendida como um dos aspectos que contribuíram para a permanência de valores preconceituosos e poucos científicos a respeito da temática. Acreditamos que reflexões sobre esse tema devem ser mais valorizadas nas instituições de ensino – principalmente nas escolas de ensino fundamental – percorrendo as discussões e produções científicas e culturais, possibilitando, assim, a revisão de valores e, quem sabe, a promoção de mudanças que visem construir uma nova visão sobre as culturas indígenas, pautada na ancestralidade, e que valorize atitudes como o respeito ao outro e a sua singularidade. Este trabalho abre portabilidade para o campo da educação, o pedagógico em aprofundar a temática discorrendo no aprofundamento da formação que contemple uma educação humana favorecendo uma relação entre passado e presente para construção de um futuro para uma melhoria nas relações através da ancestralidade, do pertencimento e de identidade. No decorrer das pesquisas e leituras para a realização desta monografia, percebemos que a ancestralidade é muito discutida a partir da temática africana, deixando um abissal para a ancestralidade indígena, esses povos que são originários desta terra, deste país, mas que foram excluídos da história ao longo de vários séculos.

Os desafios são imensos. A literatura indígena precisa fazer parte da formação de professores para que haja novos olhares para a cosmovisão indígena. Romper com os muitos preconceitos que existem sobre os povos indígenas através da literatura, e exaltar o que há de positivo nesses povos, leva-nos a acreditar que a ancestralidade é uma forma de desmistificação para esse resgate, possibilitando uma aproximação de laços afetivos, rememoração de algo que foi fragmentado com a falta de tempo. para alguns aspectos essenciais da vida como o olhar para o outro. Valorizando relações que nos permitam o equilíbrio, a conexão entre sujeitos contribuindo com práticas multiculturais e interrelacionais reestabelecimento uma religação com a natureza, a biodiversidade a qual fazemos parte.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Graciele de Fátima. **A literatura dos povos indígenas: uma análise de obras literárias na escola.** In: XIII Congresso Nacional de Educação - EDUCERE, IV Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação - SIRSSE e VI Seminário Internacional sobre Profissionalização Docente - SIPD/Cátedra UNESCO, 2017, Curitiba. Formação de professores: contextos, sentidos e práticas, 2017. p. 17306-173020.

AMORIM, R. M. de; FREIRE, E. de C. A LITERATURA COMO FONTE DE INSPIRAÇÃO PARA A CONSTRUÇÃO DE PRÁTICAS CURRICULARES INTERCULTURAIS. **Revista Lugares de Educação**, [S. l.], v. 5, n. 10, p. 38–55, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/rle/article/view/21667>. Acesso em: 1 dez. 2021.

ARANHA. Maria Lucia de Arruda. **História da Educação e Pedagogia: Geral e Brasil.** São Paulo/SP: Moderna, 2006.

AZEVEDO, Heloisa Helena Oliveira de. **Educação Infantil e formação de professores: para além da separação cuidar-educar.** 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

BORGES, Valdeci Rezende. História e Literatura: Algumas Considerações. **Revista de Teoria da História**, Campus Catalão, Universidade Federal de Goiás, Ano 1, Número 3, junho/2010, p. 94-109.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos.** 3a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009.** Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Diário Oficial da União, Seção 1, Brasília, 18 de dezembro de 2009, p. 18. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2298-rceb005-09&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 07 nov. 2021.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Indígenas**, 2010. Disponível em: <https://indigenas.ibge.gov.br/estudos-especiais-3/o-brasil-indigena/lingua-falada>. Acesso em: 07 nov. 2021.

BRASIL. **Lei 11.645/08 de 10 de março de 2008.** Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 mar 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10101-lei-11645-10-03-2008&Itemid=30192. Acesso em 04/07/2021.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil.** Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf. Acesso em 11/11/2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil**. Brasília: MEC, SEB, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizescurriculares_2012.pdf. Acesso em: 11/11/2021.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos: Língua Portuguesa. Brasília: MECSEF, 1998. BRASIL, **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos: Matemática. Brasília: MECSEF, 1998

COUTO, C. S.; XAVIER, R. S.; AMORIM, R. M.; WANDERLEY, A. C. C. O Ensino de História na contemporaneidade pelo viés das práticas sagradas indígenas. In: **Anais do I Seminário Nacional de Educação Popular e Movimentos Sociais do Campo e V Encontro de Pesquisas e Práticas em Educação do Campo da Paraíba**. v. 1. João Pessoa: UFPB, 2020. p. 869-884.

EVARISTO, Conceição. **Becos da memória**. 1. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2017

FERNANDES, Rogério; KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. Sobre a história da infância. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes (org.). **A infância e sua educação** – materiais, práticas e representações. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

GRAÚNA, G. **Contrapontos da Literatura Indígena contemporânea no Brasil**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2013.

GUESSE, Érika Bergamasco. Da oralidade à escrita: os mitos e a literatura indígena no Brasil. **Anais do SILEL**. Volume 2, Número 2. Uberlândia: EDUFU, 2011.

HAKIY, Tiago. Literatura indígena: a voz da ancestralidade. In: DORRICO, Julie; DANNER, Leno Francisco; CORREIA, Heloisa Helena Siqueira; DANNER, Fernando (Orgs.). **Literatura Indígena Brasileira Contemporânea**: criação, crítica e recepção. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018.

JACUPÉ, Kaká Werá. **A terra dos mil povos**: história indígenas do Brasil contada por um índio. São Paulo: Peirópolis, 2020.

KABEMBA, Márcia Wayna. Literatura indígena: da oralidade à memória. In: DORRICO, Julie; DANNER, Leno Francisco; CORREIA, Heloisa Helena Siqueira; DANNER, Fernando (Orgs.). **Literatura Indígena Brasileira Contemporânea**: criação, crítica e recepção. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018.

LAJOLO, Marisa. ZILBERMAN, Regina. **Literatura infantil brasileira**: Histórias e Histórias. 6 ed. São Paulo: Ática, 2007.

LOURENÇO, Suéllen Pereira Miotto; DALVI, Maria Amélia. A mediação da leitura literária: uma proposta de metodologia temática. **Revista Graphos**, João Pessoa, v. 21, n. 1, p. 77-99, 2019.

MACHADO, Adilbênia Freire. Ancestralidade e encantamento como inspirações formativas: filosofia africana e práxis de libertação. **Revista Páginas de Filosofia**, v.6, n.2, jul/dez. 2014,

p.51-64.

_____. Saberes ancestrais na filosofia afroreferenciada de Dona Toinha: água preta, pertencimento, território e cuidado. **Perspectiva Filosófica**, vol. 48, n. 2, 2021.

_____. **Saberes ancestrais femininos na filosofia africana**: poéticas de encantamento para metodologias e currículos afroreferenciados. 2019. 268f. - Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação, Fortaleza (CE), 2019.

MARIN, José. Interculturalidade e descolonização do saber: relações entre saber local e saber universal, no contexto da globalização. **Visão Global**, Joaçaba, v. 12, n. 2, jul./dez. 2009, p. 127-154.

MARINHO, Luciéllo; AMORIM, Roseane Maria de (Orgs). **Pesquisas e práticas educativas**: desafios e possibilidades no século XXI. João Pessoa: Editora UFPB, 2020. p. 425.

MEINERT, Letícia. **Criança, infância, escola e teoria históricocultural na pesquisa educacional brasileira**: uma reflexão introdutória. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

MELO, Carlos Augusto de. COSTA, Helene Rosa da. Espiritualidade e Ancestralidade indígenas em A Cura da Terra de Eliane Potiguara. **Verbo de Minas**, Juiz de Fora, v. 20, n. 36, p. 31-47, ago/dez. 2019.

MOREIRA, Antônio Flávio. O currículo como política cultural e a formação docente. In: SILVA, Tomaz Tadeu da Silva; MOREIRA, Antônio Flávio. **Territórios contestados**: o currículo e os novos mapas políticos e culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

MUNARIM, Iracema. O que podemos aprender com as crianças indígenas? Aproximações da Antropologia da criança às noções de infância, cultura e movimento na Educação Física. **Ver. Bras. Ciênc. Esporte**, Florianópolis, v. 33, n. 2, p. 375-390, abr-jun. 2011.

MUNDURUKU, D.; BORGES, R. **Meu Vô Apolinário**: um mergulho no rio da (minha) memória. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

OLIVEIRA, Eduardo David de. Filosofia da ancestralidade como filosofia africana: Educação e cultura afro-brasileira. **Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação**, Número 18, maio-out/2012, p. 28-47.

ONU. **Convenção sobre os Direitos da Criança**. Brasil: Unicef, 2017. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>. Acesso em: 24 out 2021.

POLASTRINI, Leandro Faustino. Ancestralidade e identidades em: meu vô Apolinário: um mergulho no rio da (minha) memória. **III Simpósio Nacional Discurso, Identidade e Sociedade (III SIDIS)**: Dilemas e Desafios na Contemporaneidade, Unicamp, Campinas, SP, de 14 a 16 de fevereiro de 2012. Disponível em: https://www.iel.unicamp.br/sidis/anais/pdf/POLASTRINI_LEANDRO_FAUSTINO.pdf.

PURI, Zélia; CAVALCANTI, Adriana de Holanda. Memórias de vida, ancestralidade indígena

e artes sagradas como práticas de educação. *Identidade!*, São Leopoldo, v. 24, n.1, p. 80-96. jan/jun 2019. Disponível em: <https://periodicos.est.edu.br/identidade>.

SALES, Maria da Luz Lima. **A Literatura Infantil Indígena como meio de promoção da educação multicultural**: a intervenção didática em uma escola de Belém (Brasil). Portugal: Universidade de Évora, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10174/24487>. Acesso em: 29 mai 2021.

SANTOS, Francisco Bezerra dos. A Produção Literária Indígena e a Ancestralidade. **Revista Athena**, vol.18, n. 1, 2020.

SANTOS, Maria do Carmo Gonçalo; SOARES, Amanda Teresinha Gomes. Era uma vez: os contos de fadas e as relações de gênero na perspectiva das professoras. **REVISTA DEBATES INSUBMISSOS**, Caruaru, PE, ano 1, v.1, n° 3, set/dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/debatesinsubmissos>.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, Cintia Gomes da; AMORIM, Roseane Maria de; PIZZI, Laura Cristina Vieira. Temática Indígena no Currículo de Pedagogia em Uma Universidade De Alagoas: desafios e possibilidade da lei 11.645/2008 para a formação docente. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v.19, n.3, p.1085-1105. Jul./set.2021.

SILVA, Denize Shirlei; FREIRE, Eleta de Carvalho. **Contribuições do texto literário para a aprendizagem dos conhecimentos históricos por crianças dos anos iniciais do ensino**. Pernambuco: Universidade Federal de Pernambuco, 2014.

SILVA, Jackeline de Almeida. **A literatura indígena no ensino fundamental**: uma experiência na escola do campo. 2020. 160f. Dissertação. Mestrado Profissional em Formação de Professores. Programa de Pós-Graduação em Literatura e Interculturalidade - PPGLI - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2020.

SILVEIRA, Lilian Greice dos Santos Ortiz da. Identidade e ancestralidade na literatura indígena. **Miguilim – Revista Eletrônica do Netlli**, Crato, v. 8, n. 2, p. 202-212, maio-ago. 2019.

SOUZA, Ely Ribeiro de. Literatura indígena e direitos autorais. In: DORRICO, Julie; DANNER, Leno Francisco; CORREIA, Heloisa Helena Siqueira; DANNER, Fernando (Orgs.). **Literatura Indígena Brasileira Contemporânea**: criação, crítica e recepção. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018. p.51-74.

STEIN, Murray. **Jung – O Mapa da alma**. SP: Cutrix, 2006

THIÉL, Janice Cristine. A literatura infanto-juvenil indígena brasileira e a promoção do letramento multicultural. **LITERARTES**, Paraná, n. 5, 2016.

_____. A Literatura dos povos Indígenas e a formação do leitor multicultural. **Rev. Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 38, n. 4, p. 1175-1189, out./dez. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/PJsZ4S3tMLKBmyJ83VKXcQg/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 15/07/2021.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

XAVIER, Rosângela Soares; AMORIM, Roseane Maria; WANDERLEY, A. C. C. O Ensino de História na contemporaneidade pelo viés das práticas sagradas indígenas: um estudo das fontes virtuais em Pernambuco e na Paraíba. In: **Anais do VIII Colóquio Internacional de Políticas e Práticas Curriculares: Políticas curriculares no PNE (2014-2024) e desdobramentos (neo)conservadores: tensões, desafios e resistências**, 5 a 7 de dezembro de 2018. v 1. João Pessoa: UFPB, 2019. p. 495-506.

ALMEIDA, Clara. Literatura indígena brasileira: origens, desenvolvimento e importância. Multirio. Rio de Janeiro. 03 jul 2019. Seção Reportagens e Artigos. Disponível em: <http://www.multirio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/15026-literatura-ind%C3%ADgena-brasileira-origens,-desenvolvimento-e-import%C3%A2ncia>. Acesso em 18/07/2021